

PÂMELA GUIMARÃES LINO

**TRABALHADORES TEMPORÁRIOS DE UMA EMPRESA NO
CONTEXTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA: FORMAS
DE SOBREVIVÊNCIA**

**FLORIANÓPOLIS
2008/2**

PÂMELA GUIMARÃES LINO

**TRABALHADORES TEMPORÁRIOS DE UMA EMPRESA NO
CONTEXTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA: FORMAS
DE SOBREVIVÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dr^a Vania Maria Manfroi

**FLORIANÓPOLIS
2008/2**

PÂMELA GUIMARÃES LINO

**TRABALHADORES TEMPORÁRIOS DE UMA EMPRESA NO
CONTEXTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA:
FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do curso de Graduação em Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento ao requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA
EM FLORIANÓPOLIS, 16 DE DEZEMBRO DE 2008.

Profa. Dra. Vania Maria Monfroi (Orientadora)

Profa. Dra. Maria Teresa dos Santos - UFSC

Psicóloga Larissa Pacheco

Dedico este trabalho aos meus pais Eliberto e Eliza, por terem me ensinado a lutar, com dignidade, pelos sonhos e por serem as pessoas mais importantes da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder a vida e ser a fonte maior da minha motivação nesta batalha.

Aos meus pais, Eliberto e Eliza, que representam a estrutura mais significativa de amor, carinho e força que tenho na vida, sem os quais a realização deste sonho não seria possível.

Aos meus irmãos, Eliandro, Eli e Eliza e a minha família, como um todo, que, de diferentes formas, contribuíram para o alcance deste objetivo

À todas as minhas amigas, que dividiram comigo tantos momentos de alegria, cumplicidade e também os momentos difíceis, nos quais a amizade sempre prevaleceu.

Às colegas e amigas da faculdade, que fizeram parte dessa luta e acompanharam os quatro anos do processo de formação. Em especial à minha amiga Nidia, com quem estive junta desde o início da jornada acadêmica e que será uma amiga para toda a vida.

Aos colegas de trabalho Marivone, Gabriela, Liliane, Larissa, Daniela, Jean e Diomar, pelos ensinamentos, pela parceria, compreensão e por terem contribuído para a minha maturidade pessoal e profissional.

À professora Vania, pelas orientações, pelo conhecimento e por ter iluminado os caminhos do saber.

À todos os professores que tive a honra de ser aluna e que exercem essa tão nobre profissão.

À Prefeitura Municipal de Garopaba, pela oportunidade do exercício de estágio.

E a todos que, direta e indiretamente, fizeram parte da minha história nesta conquista. Muito obrigada!

“Mais do que máquinas, precisamos de humanidade; mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura!”

Charles Chaplin

RESUMO

LINO, Pâmela Guimarães. **Trabalhadores temporários de uma empresa no contexto turístico do município de Garopaba - SC: formas de sobrevivência.** 89 f. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

A partir de experiências pessoais com o trabalho temporário em uma empresa no contexto turístico do município de Garopaba - SC, e também do período de estágio vivenciado na Prefeitura Municipal da cidade abordamos, no presente trabalho, as formas de sobrevivência de oito trabalhadores temporários com os quais convivemos em ambos os espaços. Apresentamos a rede de apoio estabelecida por esses sujeitos na busca de sua subsistência, que perpassa, além do trabalho temporário, decorrente do turismo sazonal, o suporte familiar e os programas, projetos, serviços e benefícios da assistência social. Organizado em três seções, o presente trabalho resgata, brevemente, a história do município de Garopaba – SC, mostrando como seus atrativos naturais influenciaram o processo turístico atual e o intenso fluxo de veranistas na cidade, o que determina o trabalho temporário e condiciona uma situação permanente de vulnerabilidade social aos trabalhadores envolvidos no referido processo. Os diferentes sentidos atribuídos ao trabalho e à família nos dias de hoje, também são destacados, considerando-se sempre a importância de ambos no contexto de vida dos trabalhadores temporários, e ainda, a relevância da assistência social como uma das formas de manutenção da vida. Fatores conjunturais mais amplos também são discutidos ao longo da monografia e, por fim, a relevância do trabalho profissional do assistente social numa realidade de carências da classe trabalhadora. O desenvolvimento da temática apóia-se, sobretudo, em autores como Helton Ricardo Ouriques (2005), Potyara Pereira (2001), Ricardo Antunes (2002) e Maurício Ruiz Câmara (2001).

Palavras-chave: Turismo sazonal. Trabalho temporário. Formas de sobrevivência. Apoio familiar. Assistência social.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Estabelecimentos de saúde.....	17
Gráfico 2: Morbidade hospitalar.....	18
Gráfico 3: Número de matrículas por série.....	19
Gráfico 4: Número de docentes por série.....	20
Gráfico 5: Função exercida.....	46
Gráfico 6: Tipo(s) de emprego(s).....	47
Gráfico 7: Formas de subsistência.....	48
Gráfico 8: Satisfação de necessidades.....	49
Gráfico 9: Benefícios do turismo.....	50

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico – Cadastro Único

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

ONU – Organização das Nações Unidas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

OMT – Organização Mundial do Turismo

PBF – Programa Bolsa Família

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PEA – População Economicamente Ativa

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

POASF – Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O PERFIL TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA.....	16
2.1	UMA BREVE HISTÓRIA.....	16
2.2	A REALIDADE HOJE.....	17
2.2.1	O município em números.....	17
2.2.2	Os atrativos turísticos.....	21
2.2.3	Conseqüências do turismo.....	24
2.3	O TURISMO SAZONAL: IMPLICAÇÕES SOCIAIS.....	26
3	O UNIVERSO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE E O TRABALHO TEMPORÁRIO NO TURISMO SAZONAL DE GAROPABA.....	32
3.1	TRABALHO, RELAÇÕES TRABALHISTAS E TURISMO.....	32
3.1.1	O significado do trabalho na vida humana.....	32
3.1.2	A realidade do trabalho temporário.....	34
3.2	EMPRESA TEMPORÁRIA, TRABALHO TEMPORÁRIO E DEMANDAS PERMANENTES.....	37
3.2.1	Apresentação do caso no contexto pesquisado.....	37
3.2.2	Empresa temporária e trabalho precário.....	41
3.3	O PERFIL DOS TRABALHADORES.....	45
4	TRABALHADORES TEMPORÁRIOS E FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA.....	56
4.1	TRABALHO TEMPORÁRIO: FONTE DE SUSTENTO PROVISÓRIO.....	56
4.2	A SEGURANÇA DA FAMÍLIA NO CONTEXTO DE VIDA INSTÁVEL.....	60
4.2.1	As mudanças vivenciadas pela família.....	60
4.2.2	O papel permanente da proteção familiar.....	64
4.3	AS POLÍTICAS SOCIAIS COMO ALTERNATIVA DE SUBSISTÊNCIA.....	67
4.3.1	As ações da Assistência Social no município de Garopaba.....	67
4.3.2	A Assistência Social no âmbito de vida dos trabalhadores.....	71
4.3.3	O Serviço Social e a relevância do trabalho do assistente social.....	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS.....	80
	APÊNDICE.....	84
	APÊNDICE A: Questionário.....	85

ANEXOS	86
ANEXO A: Praia de Garopaba e Praia da Ferrugem.....	87
ANEXO B: Praia do Siriú e Praia da Barra.....	88
ANEXO C: Praia Vermelha e Exibição da Baleia Franca.....	89

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista experiências pessoais de trabalho informal e a proximidade com o tema “trabalho temporário”, em razão da permanente convivência com o turismo sazonal e suas implicações econômicas, sociais, políticas e culturais no município de Garopaba, buscamos compreender as formas de sobrevivência de pessoas que possuem emprego e renda somente no período de alta temporada turística, o que, no município, corresponde aos meses de janeiro e fevereiro. Dessa forma, foi realizado um levantamento de dados para tomar conhecimento sobre as alternativas de subsistência de trabalhadores contratados, em regime temporário, por uma empresa que funciona apenas durante esses dois meses, tal qual, várias outras empresas do município.

Em um breve contexto histórico, levantamos informações relevantes para um entendimento inicial acerca das relações de trabalho temporário que se dão na cidade de Garopaba e seu contínuo fortalecimento condicionado pelo turismo. Tais relações, no entanto, compreendemos como resultado direto de um processo social muito mais amplo, construído historicamente pelo sistema de produção capitalista. Garopaba foi fundada em 19 de dezembro de 1846 quando a Assembléia Provincial autorizou a construção da Igreja matriz, do cemitério e da casa paroquial. A população, inicialmente de origem açoriana, dedicava-se à caça das baleias. O nome Garopaba vem das palavras *ygara* e *paba* que têm origem na língua guarani e significa "enseada de barcos". Na década de 1970, com a chegada dos primeiros *hippies* e surfistas, inicia-se a transformação da pequena cidade¹.

Com o passar dos anos, esta foi abandonando seu perfil tipicamente pesqueiro e agrícola e direcionando suas atividades para o turismo. Dessa forma, sua economia atualmente gira em torno do veraneio (que é o período de temporada turística no município), a cidade que tem pouco mais de 16 mil habitantes no inverno, multiplica esse número cerca de dez vezes durante o verão.

Entendemos que as características geográficas de Garopaba foram fatores determinantes no rumo político, econômico e social que o município tomou ao longo dos anos. Cercada por uma natureza diversificada, a cidade se desenvolveu rapidamente após o descobrimento de suas belezas naturais por turistas do Brasil inteiro e até do exterior. Praias, morros, dunas, costões, cachoeiras e piscinas naturais são algumas das atrações que a cidade

¹ Os dados acerca da origem do nome Garopaba, bem como, as informações referentes à história do município, foram tiradas do site do município, no endereço eletrônico www.garopaba.sc.gov.br.

oferece para aqueles que fazem dela sua morada e para os que a visitam. A prática do surfe, esporte que sofreu uma forte popularização nas últimas décadas (GODIO, RIAL, 2006), também mobilizou ao longo dos anos, e ainda hoje, várias pessoas a conhecer a cidade, muitas das quais retornam todos os verões, as vezes até durante todo o ano, nos feriados e finais de semana.

Um grande número dos atuais moradores de Garopaba é também natural de outras cidades e Estados, principalmente do Estado do Rio Grande do Sul. Por consequência do convívio com os turistas constatamos que algumas dessas pessoas, cansadas dos grandes centros urbanos, encontraram no município um ambiente pacato para viver, outras, apostando no turismo, fizeram da cidade um meio de ganhar dinheiro e até enriquecer, como no caso de alguns empresários.

A alta temporada, que é a época do ano na qual a cidade recebe milhares de pessoas, corresponde ao período que vai do final do mês de dezembro até o último dia de carnaval. Grande parte do comércio local, que passa a maior parte do ano apenas com a demanda dos moradores do município, se prepara para ter seus lucros consideravelmente aumentados nessa época. Já os comerciantes da alta temporada “visitam” a cidade somente no período em que esta recebe turistas, montando suas lojas, lanchonetes, bares e restaurantes e fazendo uso da mão-de-obra local, através de trabalhos temporários.

Todos os anos, durante o veraneio, a mesma situação se repete, diversos postos de trabalho são abertos, empregando um número muito elevado de pessoas que, em sua maioria, não têm outra fonte de renda além desta, temporária. O turismo torna-se, portanto, um elemento condicionante no processo de desregulamentação do trabalho no município, o que implica na contínua precarização da qualidade de vida² da população local, que fica submetida a um sistema de trabalho temporário, capaz apenas de suavizar suas necessidades mais urgentes, ainda assim, em um período de tempo muito reduzido (os dois meses de alta temporada), ficando a mesma desprovida de meios materiais de subsistência durante a maior parte do ano.

O interesse em conhecer as estratégias de sobrevivência dessa população foram o motivo principal de abordagem do tema desse trabalho, o qual tem como base um

² Aqui utilizaremos o conceito de qualidade de vida proposto pela OMS - Organização Mundial da Saúde-, que se refere ao mesmo a partir de cinco dimensões: (1) saúde física, (2) saúde psicológica, (3) nível de independência (em aspectos de mobilidade, atividades diárias, dependência de medicamentos, cuidados médicos e capacidade laboral), (4) relações sociais e (5) meio ambiente. Trata-se de uma visão global, que considera as várias dimensões do ser humano na determinação dos níveis de qualidade de vida de cada indivíduo.

levantamento de dados realizado no dia 17 de fevereiro de 2008, quando foi aplicado, através de sorteio, um questionário (Apêndice A) com cinco questões, a oito funcionários de uma empresa. Esses funcionários eram colegas de trabalho, pois também estávamos inseridas na empresa, enquanto trabalhadoras. Tal questionário nos trouxe as experiências de 20% em um universo de quarenta funcionários. Embora a amostra não tenha um número muito expressivo, o conhecimento da realidade local nos permite afirmar que ela é uma verdadeira representação daquilo que a maioria significativa dos trabalhadores temporários do município utilizam como forma de sobrevivência. Além disso, o presente trabalho utilizou, como meio para subsidiar suas análises, a experiência de estágio vivenciada na Prefeitura Municipal de Garopaba – Secretaria de Desenvolvimento Social, durante o período de um ano pois, no decorrer desse tempo, identificamos que muitos dos trabalhadores que participaram do processo de levantamento de dados, eram também usuários da assistência social na cidade. Assim, objetivamos publicizar diversas informações que obtivemos e discutir elementos subjetivos que nelas se encontram, relacionando-os com a realidade social mais ampla.

Preliminarmente podemos dizer que grande parte dos trabalhadores que participaram do levantamento de dados apontaram a família como principal elemento responsável por seu sustento no período de baixa temporada turística. Entretanto, constatamos que os mesmos utilizam também os programas, projetos, serviços e benefícios da assistência social como alternativa de sobrevivência. Percebemos ainda, que tais fatores não são suficientes para suprir todas as demandas dessas pessoas, deixando, portanto, de contemplar diversas necessidades inerentes ao ser humano, que devem, de fato, ser atendidas para que se tenha uma razoável qualidade de vida.

Entendemos que as transformações sofridas no universo do trabalho ao longo dos anos, sobretudo a partir da década de 1990, com o acirramento do neoliberalismo no Brasil, afetam diretamente as formas de sobrevivência da classe trabalhadora, o que implica na elaboração e implementação de políticas sociais capazes de suprir suas carências, que se evidenciam cotidianamente, através, por exemplo, da requisição de serviços e benefícios da assistência social no município de Garopaba. E foi a partir dessas demandas que identificamos os trabalhadores temporários do levantamento de dados realizado em fevereiro e os usuários da assistência social como sujeitos comuns. Assim, a partir do contato direto com o turismo, com o trabalho temporário e com a política de assistência social constatamos que esses três

elementos, juntamente com o apoio da família, configuram as dimensões que constituem a realidade social dos cidadãos estudados.

E, dessa forma, a relevância do presente trabalho reside na maneira de se pensar as políticas sociais no âmbito contraditório da sociedade capitalista. Tomar conhecimento das formas de sobrevivência das classes populares é, sem dúvida alguma, extremamente importante em um processo de elaboração de programas e projetos sociais, por exemplo, pois, na medida em que se compreende a dinâmica e o cotidiano dessas classes pode-se planejar uma intervenção de maneira mais qualificada, para que tenhamos maiores e mais eficazes investimentos na área social.

Em um contexto de incoerências, observadas na maneira como possivelmente se sobrevive no universo do trabalho temporário, o interesse pela pesquisa do tema originou-se a partir da incompatibilidade observada entre os ganhos reais, restritos e temporários desses trabalhadores e o longo período de tempo sem remuneração. Fato que disseminou uma série de dúvidas acerca das alternativas de sobrevivência daquelas pessoas, bem como de outras, tantas outras, que se encontram em condições semelhantes e até mais precarizadas socialmente, mas que o estudo não permite abordar.

Exporemos, portanto, ao longo deste trabalho, informações baseadas no questionário que aplicamos e ao qual nos referimos anteriormente, a partir também do conhecimento da realidade social e turística de Garopaba. E ainda, de acordo com o exercício de estágio na Secretaria de Desenvolvimento Social da cidade, que possibilitou o reencontro com os sujeitos, ex-colegas de trabalho na empresa onde realizamos o levantamento de dados, de maneira que constatamos veridicamente a frágil conjuntura social na qual vivem.

Assim, na primeira seção relataremos o perfil turístico do município de Garopaba, resgatando, de forma breve, a sua história e mostrando o quanto suas belezas naturais atraem visitantes de todo o mundo. Um pouco da realidade nos dias de hoje também será exposta e as implicações sociais do turismo enquanto atividade que condiciona o trabalho temporário, contribuindo para um contínuo processo de precarização das condições de vida dos sujeitos nele envolvidos.

Na segunda seção prevalece a discussão do universo do trabalho na contemporaneidade, suas diversas e desreguladas formas, seu caráter precário, excludente e reprodutor de desigualdades sociais. Nesse contexto basearemos a análise na esfera do

turismo em Garopaba, sobretudo, nas circunstâncias instáveis de vida dos trabalhadores temporários que abordamos no levantamento de dados.

E, por fim, na terceira seção as estratégias de sobrevivência desses trabalhadores serão expostas. Demonstraremos que o trabalho temporário, a família e a assistência social configuram seus elementos principais na luta constante pela manutenção da vida. Cada um dos quais, com seu grau de importância, fornece os subsídios que irão prover, minimamente, a subsistência desses indivíduos.

2 O PERFIL TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA

2.1 UMA BREVE HISTÓRIA

A história do município de Garopaba está atrelada ao descobrimento do Brasil, pois no ano de 1525 a “Baía de Garopaba” serviu como abrigo à expedição naval da cidade de *Coruña*, localizada no noroeste da Espanha, que a utilizou para fugir de um temporal. No entanto, o primeiro povoado só surgiu em 1666, formado por imigrantes açorianos que se dedicavam à agricultura e principalmente à pesca da baleia, que durou até 1800. Os tupi-guaranis foram os primeiros habitantes de Garopaba, que deram o nome à cidade. Este nome vem grafado como *gahopapaba* na carta de Turim, em 1523, ou como *upaua*, *upaba*, *guarupeba*, que significa enseada dos barcos, do descanso ou ainda o lugar abençoado. A verdadeira definição está no guarani, a língua local: *ygå*, *ygará*, *ygaratá*, que significa barco, embarcação, canoa – *mpaba* ou *paba* é estância, paradeiro, lugar, enseada. Os açorianos desembarcaram em Garopaba enviados pelo Império Português, procedentes a maioria da Terceira Ilha dos Açores. Em 1793, foi criada a Armação de São Joaquim de Garopaba, no ano de 1830 é elevada à Freguesia. A Paróquia foi criada por decreto do Governo Imperial porém, sua instalação oficial ocorreu mais tarde, no ano de 1846³. Em 1890, com um trabalho de mobilização da Freguesia, Garopaba é elevada à Vila, com decreto do então governador Lauro Severiano Müller. No dia 08 de abril do mesmo ano o Governador nomeia os membros do Conselho da Intendência que dirigiria o município. A instalação só ocorre no dia 07 de junho de 1890. A guarda municipal é criada em 1896 e em outubro de 1906 passa a fazer parte da comarca de Palhoça. Em 1923 perde a condição de município, passando a integrar o município de Imbituba, pertencendo à comarca de Laguna. Em 1930 Garopaba passa a distrito de Palhoça. No ano de 1961, volta à condição de município, tendo sido instalado no dia 30 de dezembro desse mesmo ano. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população de Garopaba, nessa década, 1960, era de 6.620 pessoas, passando nos anos 1970, para 7.458 habitantes, dez anos mais tarde possuía 8.237 moradores, no ano de 1991 a população do município era de 9.918 pessoas e em 2000 esse número aumentou para 13.167. O censo do IBGE constatou que em 2007 o número de habitantes do município era de 16.399 pessoas.

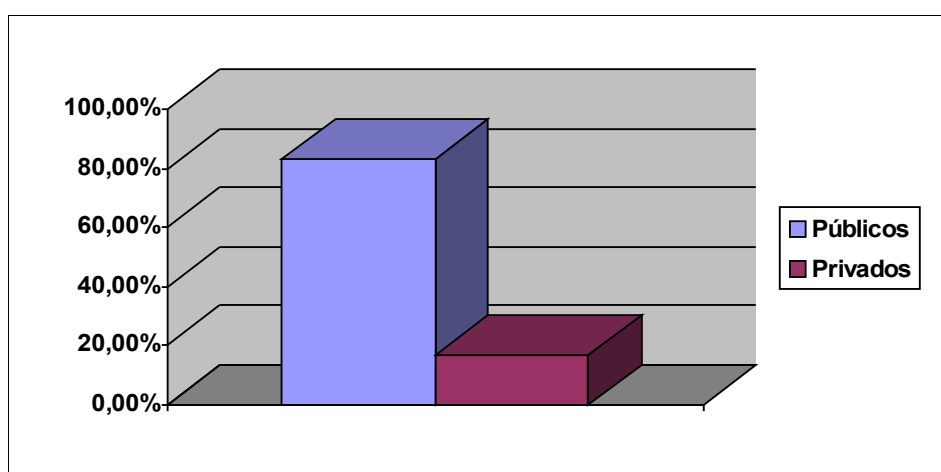
³ Consultar: <http://www.garopaba.sc.gov.br/site/historia>

2.2 A REALIDADE HOJE

2.2.1 O município em números

O município de Garopaba é conhecido como um balneário turístico, que em período de alta temporada, segundo a Santa Catarina Turismo S/A – Santur, chega a receber mais de 150 mil turistas⁴. De acordo com o IBGE, o município possui uma área total de 114,67 km² e está situado a 79 quilômetros ao sul de Florianópolis, 420 quilômetros ao norte de Porto Alegre, 390 quilômetros ao sul de Curitiba, 800 quilômetros ao sul de São Paulo, 1.200 quilômetros ao sul do Rio de Janeiro, 1.470 quilômetros ao norte de Buenos Aires e 1.360 quilômetros ao norte de Montevideú. Sendo dessas cidades a origem da maioria das pessoas que visitam Garopaba. Dados de 2007 da Santur revelam também que mais de 84% desses turistas, quando brasileiros, são oriundos do Rio Grande do Sul, e quando estrangeiros, migram, majoritariamente (91,43%), da Argentina e ambos têm como principal motivo de sua viagem, os atrativos naturais que existem no município. Seu PIB municipal no ano de 2005 é apresentado pelo IBGE em um valor de R\$ 132.279,00 e ainda em termos financeiros, a cidade teve, na última temporada, uma receita estimada em dólar, de 40.641.593,08, com um gasto médio, diário, por turista, de US\$ 55,83. Os dados mais relevantes da saúde e da educação do ano de 2005 do município são apresentados pelos gráficos e tabelas a seguir.

Gráfico 1: Estabelecimentos de saúde



Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2005).

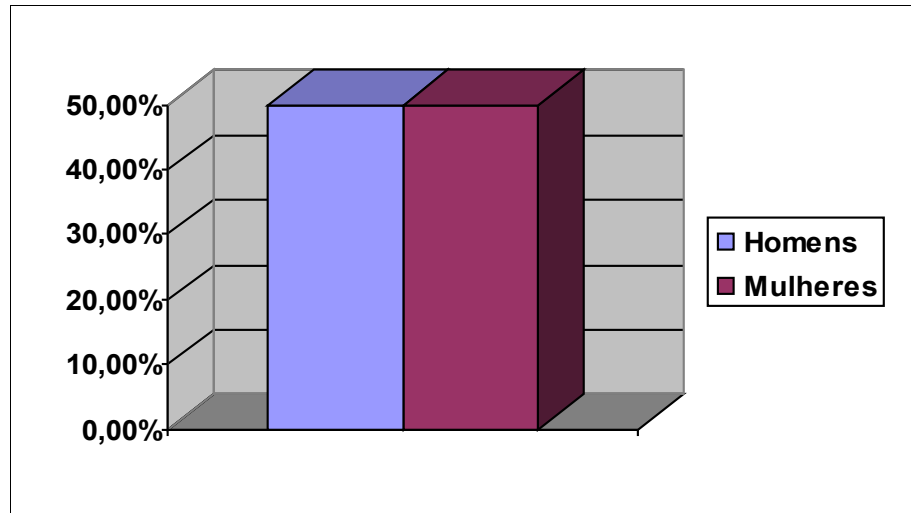
⁴ Consultar: www.santur.sc.gov.br

Tabela 1: Estabelecimentos de saúde

Tipo de Estabelecimento	Quantidade em Porcentagem	Quantidade Unitária
Público	83,3%	15 estabelecimentos
Privado	16,7%	03 estabelecimentos

Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2005).

Em relação aos dados de morbidade hospitalar, o município registra o mesmo índice para homens e mulheres, conforme o gráfico e a tabela de número 2 demonstram.

Gráfico 2: Morbidade hospitalar

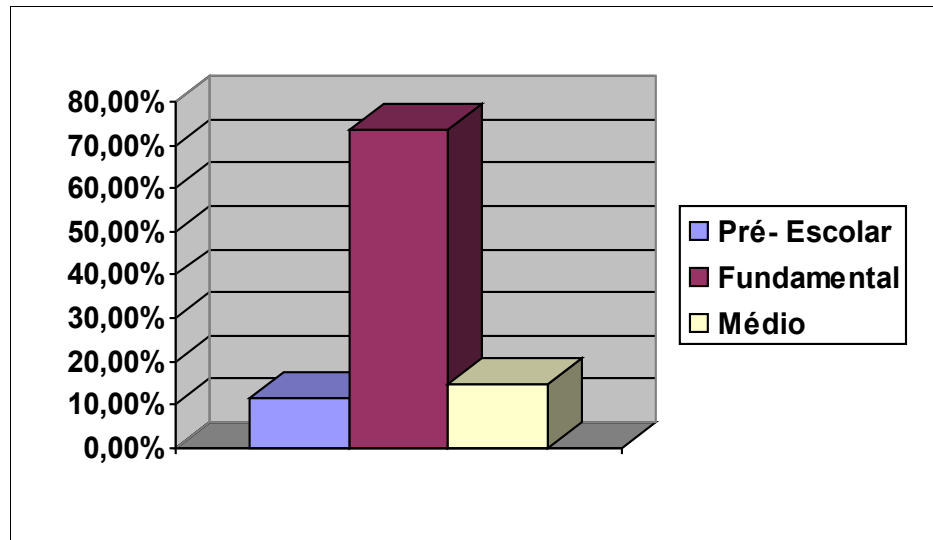
Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2005).

Tabela 2: Morbidade hospitalar

Morbidade Hospitalar	Quantidade em Porcentagem	Quantidade Unitária
Homens	50%	16 pessoas
Mulheres	50%	16 pessoas

Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2005).

Sobre os dados da educação no município de Garopaba, temos os seguintes números:

Gráfico 3: Número de matrículas por série

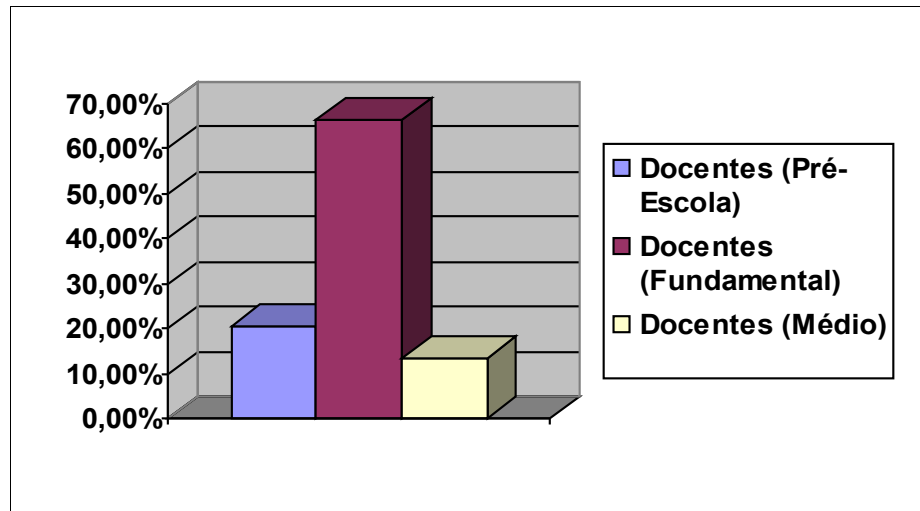
Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2005).

Tabela 3: Número de matrículas por série

Número de Matrículas por Série	Quantidade em Porcentagem	Quantidade Unitária
Ensino Pré-Escolar	11,3%	407 matrículas
Ensino Fundamental	73,8%	2.659 matrículas
Ensino Médio	14,9%	537 matrículas

Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2005).

Percebemos um significativo decréscimo de estudantes do ensino fundamental para o ensino médio e a inexistência de matrículas no ensino superior, o que caracteriza o baixo grau de instrução da população local, fator de grande influência na qualificação profissional e no desempenho no mercado de trabalho. Em relação à rede de professores, temos as seguintes informações:

Gráfico 4: Número de docentes por série

Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2005).

Tabela 4: Número de docentes por série

Grau de Ensino	Quantidade em Porcentagem	Quantidade Unitária
Ensino Pré-Escolar	20,3%	41 docentes
Ensino Fundamental	66,3%	134 docentes
Ensino Médio	13,4%	27 docentes

Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2005).

Observamos que os dados apontam, de uma forma geral, para um elevado índice de alunos matriculados no ensino fundamental, que compreende a 5^a, 6^a, 7^a e 8^a séries, caracterizando uma população com pouca instrução escolar, o que, certamente, influencia na dificuldade de qualificação profissional, conforme já colocamos, incide diretamente na inserção da mesma no mercado de trabalho temporário e informal.

Abaixo, mais alguns dados sobre a saúde e a educação no município:

Tabela 5: Indicadores de saúde e educação

Município	Esperança de vida ao nascer (anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar
Garopaba	75,1	86%	79,6%

Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2005).

Tabela 6: Indicadores de renda e IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

Município	Renda média per capita (R\$/mês)	IDH - M	Posição IDH em Santa Catarina
Garopaba	234,03	0,785	184

Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2005).

Tendo em vista os dados acima, é possível afirmar que Garopaba não está entre os piores municípios em termos de qualidade de vida, mas ainda pode melhorar consideravelmente. A questão da renda, por exemplo, afeta diretamente a população, pois se verifica que ainda é muito baixa, atingindo, na média, pouco mais de meio salário mínimo, que atualmente está em R\$ 415,00. Observamos que a tabela 5 apresenta os elementos que constituem o IDH municipal, e através deles percebemos que Garopaba é um município com um bom desenvolvimento humano, apesar de ter sérias deficiências na área da educação, por exemplo, sobretudo quando se refere à níveis mais elevados de ensino. Entendemos que a ausência de universidades e, sobretudo, as poucas condições financeiras da população sejam as razões principais que justificam esse fato.

2.2.2 Os atrativos turísticos

O elevado número de turistas e a intensificação do turismo, de um modo geral, são elementos recentes na história da cidade, conforme se verifica por meio dos relatos de Silva (2007, p. 52):

Foi em 1970, quando Garopaba passou a ser alvo dos *hippies*, que seus primeiros visitantes começaram a chegar. Com o decorrer do tempo, o número de visitantes foi aumentando, chegando a receber hoje aproximadamente dez vezes o número de sua população, que vem em busca de tranquilidade e das belas praias.

Entendemos que as variadas características das praias de Garopaba são um dos principais motivos para o grande número de turistas que a cidade recebe na temporada de verão. Cada uma dessas praias possui um perfil diferente, sendo algumas delas ideais para a prática de esportes como o surfe e o windsurfe, atraindo majoritariamente o público jovem, outras por causa de suas águas calmas são mais propícias ao banho e concentram um grande número de famílias e pessoas em idade mais avançada. Outras, ainda, apresentam dunas, que além de serem um elemento a mais de beleza, favorecem a prática do *sandboard*, esporte radical, com manobras semelhantes ao surfe, porém praticado na areia. Da mesma forma, as

muitas cachoeiras e áreas verdes que a cidade possui permitem a realização de caminhadas e trilhas em meio a um cenário que possibilita o contato direto com a natureza e uma sensação muito agradável de bem-estar. Assim, dotada de atrativos para diferentes gostos, idades e culturas, Garopaba absorve uma demanda turística bastante ampla e diversificada, tornando-se um destino muito procurado no período de alta temporada. Nos anexos A, B e C é possível observar alguns elementos da beleza natural da cidade.

Ao citar Taylor, Guimarães (2006) afirma que a valorização da natureza está ligada a sentimentos fortes e nobres e que ela nos atrai por que desperta e intensifica tais sentimentos, de forma que o ser humano, em contato com a mesma, sente-se livre da ordem e do controle decorrentes da racionalidade moderna. Assim, relacionando a natureza com agradáveis sensações de liberdade e prazer, geralmente ausentes no atual cotidiano de cobranças e pressões (sobretudo das grandes cidades), os autores corroboram o que já havíamos observado anteriormente, quando apontamos que as belezas naturais do município de Garopaba, sobretudo das praias, são seu atrativo principal, e o que, conseqüentemente, leva todos os anos uma quantidade tão grande de pessoas a conhecer e retornar a cidade.

Mas além das especificidades geográficas de Garopaba, é preciso que citeamos também outros elementos que atraem turistas de variadas predileções, como a paz e a tranquilidade que a mesma oferece, concomitantemente ao agito da vida noturna. Por ser um município pequeno e ainda possuir características de uma vila de pescadores, a cidade é dotada de um “ar pacato”, que, apesar da movimentação trazida pela temporada turística, proporciona aos moradores e à população que a visita, a oportunidade de escolher entre o sossego das igrejas e pracinhas e as badalações dos bares e restaurantes na beira das praias, tendo como opção, ainda, as casas noturnas que, na alta temporada, funcionam durante toda a madrugada. No que se refere à estrutura de hospedagem, o desenvolvimento municipal condicionado, sobretudo, pelo turismo, trouxe para o município muitos *campings*, pousadas e hotéis que formam hoje uma variedade de opções, acessível a turistas com diferentes padrões de vida. O que, no entanto, não descaracteriza a exclusão intrínseca ao turismo, que deixa à margem de sua realidade um universo de pessoas que estão muito aquém de quaisquer perfis turísticos, mas que são também submetidas às implicações sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas do fenômeno.

Garopaba, eleita pelo Estado, no ano de 2002, como capital catarinense do surfe, é considerada hoje, um dos principais pólos turísticos do sul do Estado de Santa Catarina,

conhecida, sobretudo, por sua tranquilidade, pela beleza das praias e pelas excelentes condições à prática do surfe. A cidade se destaca, ainda, por ser sede da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca. A geografia da costa e a transparência das águas transformam o litoral do Estado, especialmente Garopaba, em um dos melhores lugares do mundo para a observação desses gigantes marinhos. Todos os anos elas vêm do Pólo Sul para parir e amamentar seus filhotes nas águas mais amenas do litoral catarinense⁵.

Desta forma, ao longo dos anos, conforme foi sendo descoberta e divulgada, Garopaba foi se preparando para receber cada vez mais visitantes, pois independente das conseqüências, sejam elas econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e outras, o turismo gera lucro, objetivo buscado incessantemente na sociedade capitalista que vivemos. Por essa razão, grandes empresas instalaram-se no município e contribuíram significativamente para seu desenvolvimento econômico, o que não significa, entretanto, que a qualidade de vida da população tenha melhorado, ao contrário, muitos são os fatores que identificamos como implicações negativas acarretadas pela atividade turística em Garopaba.

Entendido como importante dimensão da economia mundial, o turismo vincula-se à lógica capitalista como uma atividade destinada àqueles que gozam de recursos financeiros sobranes, ou seja, recursos que dão conta do provimento das necessidades básicas ou fundamentais e alcançam tranquilamente o patamar do lazer e da distração, das férias muitas vezes. Pode ser considerado, portanto, um privilégio de poucos, dominado pelo sistema competitivo e tecnificado do capital, deixa à margem de seu usufruto um segmento social muito expressivo e, ainda, uma outra gama de pessoas que não são consideradas aptas para a prestação de serviços aos turistas, seu caráter excludente é, portanto, muito evidente.

E a exclusão à qual nos referimos configura-se, assim, no rol das especificidades atreladas “naturalmente” ao turismo. Partindo-se do princípio de que o mesmo baseia-se na locomoção dos indivíduos para lugares desconhecidos e interessantes e na permanência relativa destes em tais lugares, são necessárias, em nossa sociedade, condições financeiras capazes de arcar com os gastos decorrentes da referida atividade. O que, certamente, não contempla a realidade sócio-econômica da grande maioria que constitui a classe trabalhadora, ao contrário, esta, no sentido a que nos referimos, fundamenta-se no conjunto de pessoas que luta pela sobrevivência, sem poder contar com uma qualidade de vida, que indubitavelmente, perpassa o direito ao lazer, ainda que este não esteja ligado diretamente ao turismo.

⁵ Consultar: www.ferias.tur.br/informacoes

A contradição que se verifica é, de fato, corroborada no contexto social mais amplo e também no contexto local do município de Garopaba pois, da mesma forma como manifesta-se em países pobres e emergentes, com a aprovação e o investimento dos governos nas maiores esferas de poder, em detrimento do apoio a outras áreas (como saúde, educação e assistência social, por exemplo), o turismo, entendido de forma contraditória, é facilmente verificado nos relatos dos trabalhadores⁶, que transitam entre a posição de perplexidade, de adesão e de antagonismo à atividade. Lemos, Arroyo e Silveira (2006) explicam que a adesão está sempre em função da verdadeira inclusão da comunidade (receptora do turismo) no processo turístico, de forma que a mesma vislumbra potenciais vantagens e benefícios no referido processo, concomitantemente a isso, se acaso, antever perdas, a comunidade certamente passará da adesão à hostilidade.

2.2.3 Conseqüências do turismo

Apreendemos do exposto que uma série de transformações ocorridas no interior do município ao longo dos anos foram condicionadas pelo fator turismo. E identifica-se que as mesmas ultrapassam as dimensões social e econômica, embora residam nelas a causa maior das disparidades nas condições de vida daquela população. Percebe-se que todo o conjunto de elementos que constroem a vida dos sujeitos é afetado em uma conjuntura turística, sobretudo quando esta repete-se sistematicamente, oferecendo “benefícios” encarados na maioria das vezes, de maneira imediata e positiva. A apropriação dos espaços, do território, da cultura, dos valores, das riquezas materiais, ambientais e sociais são naturalizadas, vistas como conseqüência dos “novos tempos”, da “modernidade”, passando até despercebidas ou, sem que se identifique suas reais causas e conseqüências.

Contudo, uma análise mais apurada do fenômeno, o vê permeado por muitos elementos que estão ligados a sociedade pensada de forma ampla. Lemos, Arroyo e Silveira (2006) novamente nos fornecem subsídios para que o analisemos de forma realista e crítica. Explicam, que atualmente o turismo é considerado um dos elementos fundamentais da

⁶ Ao responder a última pergunta do questionário, aplicado aos oito funcionários da empresa onde se deu o levantamento de dados, sobre o turismo no município de Garopaba, uma das trabalhadoras relatou o seguinte: “*Eu acho que o turismo em Garopaba, traz mais oportunidade de emprego a maioria da população da cidade sendo assim cada um consegue realiza seus sonhos através dos seus esforços como terminar ou construir sua própria casa, compra algum moveis que tanto deseja, e outras coisas mais que não consegue realiza durante o mês de março até outubro. O turismo também traz pessoa boas e ruins fazendo com que os filhos de Garopaba, também conheça a violência, drogas, roubos e tomando cada vez mais o nosso espaço, a nossa cidade e fazendo com que esqueçamos dos nossos costumes e crenças.*”

globalização e por estar subordinado aos atores hegemônicos que comandam a economia global, o mesmo assume um papel bastante relevante no modelo de acumulação capitalista contemporâneo, imprimindo modernidade, competitividade e diferentes formas de exclusão social nos meios onde está inserido. A geração de trabalhos informais e temporários é um bom exemplo de como a atividade turística, ou as decorrências dela, podem afetar uma população. Da forma como ocorre em Garopaba, especificamente, percebe-se um sistema de dependência, que se repete anualmente, pois o lucro advindo da mesma torna-se maior a cada temporada⁷. Entretanto, as melhorias das condições de vida da população são observadas apenas naqueles grupos que detêm o capital. A maioria das pessoas que pertence à classe trabalhadora permanece, temporada após temporada, na expectativa de alcançar uma vida melhor através dos trabalhos turísticos, o que sem dúvida alguma não se efetivará no âmbito de uma sociedade como esta que vivenciamos hoje. Uma outra face do turismo é a existência do trabalho infantil no período do veraneio, sobretudo nas praias, onde é comum encontrar crianças e adolescentes comercializando indiscriminadamente todo tipo de alimentos, bijuteria, vestuário e diversos outros objetos, bem como, servindo mesas de bares que se localizam na beira da praia, juntando latas de alumínio, dentre outras atividades insalubres e totalmente nocivas à saúde.

Segundo Tiriba⁸ (2007), as atividades da economia popular atravessam e estão presentes em todas as formações econômico-sociais. Mas com o neoliberalismo e as decorrentes mudanças na estrutura do mercado de trabalho, que acarretaram o desemprego, o subemprego e o aumento da pobreza, estas atividades tornam-se agora explícitas, na medida em que se proliferam sobremaneira, ocupando não apenas as calçadas dos grandes centros urbanos, mas também as regiões menores, sobretudo turísticas. Assim, conforme a autora, apesar de se evidenciarem mais facilmente nas grandes cidades, as implicações das políticas neoliberais atingem hoje, praticamente, a totalidade do território brasileiro e mundial, resultando em diversas conseqüências à população, como um todo, mas principalmente à classe trabalhadora, que tem assistido, consciente ou inconscientemente, ao desmonte dos direitos trabalhistas (através das terceirizações, dos contratos de trabalho temporários, dos salários rebaixados, da fragilidade dos vínculos empregatícios, etc.), e ao contínuo processo de precarização de suas condições de vida

⁷ De acordo com dados da Santur a receita estimada do município de Garopaba na temporada de verão do ano de 2007 foi quase dez milhões de dólares superior à temporada de 2006.

⁸ Lia Tiriba é Doutora em Ciência Política e Sociologia pela Universidade Complutense de Madrid e Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Silva (2007) relata que o turismo determinou, ao longo dos anos, a realidade da cidade de Garopaba em muitos aspectos. Em termos econômicos, por exemplo, esta apresenta, atualmente, o setor primário caracterizado pela pesca, pela agricultura e pela pecuária, o setor secundário pelas fábricas de vestuário, peças em neoprene e artigos esportivos e, ainda, o setor terciário composto por um grande número de pousadas, bares, restaurantes, lojas, profissionais liberais, entre outros. Cabendo, dentre estes, um grande destaque ao setor terciário, confirmando o turismo como atividade na qual a economia garopabense está baseada. A área social, por sua vez, fortemente relacionada ao grau de desenvolvimento econômico nas sociedades capitalistas, sofre conseqüências diretas da atividade turística no contexto do município. Conforme já verificamos, dados estatísticos do IBGE apontam que uma grande parcela da população possui baixo nível de escolaridade, tornando-se mão-de-obra barata, que, em sua maioria, é absorvida em (sub)empregos de baixa qualificação, temporários e informais. Com o término da temporada turística e dos postos de trabalho instáveis, essas pessoas retornam à condição de desempregadas, buscando na família e nos programas e projetos sociais do município, formas de garantir, minimamente, sua sobrevivência. Nesse contexto, o crescimento da atividade turística, fenômeno recente no município de Garopaba, conforme fruto do sistema de produção capitalista, que tem sua fase contemporânea marcada pelo neoliberalismo, trouxe consigo, intrinsecamente, uma gama de características, que transformou o cotidiano e a realidade social daquela cidade, sobretudo, de trabalhadores, que convivem permanentemente com o drama do trabalho temporário, informal, pouco reconhecido e mal remunerado.

2.3 O TURISMO SAZONAL: IMPLICAÇÕES SOCIAIS

De acordo com Guimarães (2006), os conflitos mundiais, em particular a Segunda Grande Guerra, entre os anos de 1940 e 1950, podem servir como elementos a partir dos quais se deve pensar nos mecanismos de controle do fluxo de pessoas mundo afora. Mas, anterior aos processos institucionalizados associados ao turismo, existem outras dimensões dessa prática, não explicitamente institucionalizadas, como fatores para as viagens turísticas na modernidade. Assim, aquilo que pensamos, imaginamos e representamos, em termos de lugares e pessoas, são configurações de aspectos presentes no turismo. O mar e a praia são, nesse sentido, espaços idealizados pelo imaginário e representações fortemente expressivas

dos primeiros atrativos turísticos modernos. E mais do que uma atração turística, segundo o autor, a praia, na modernidade, transformou-se em objeto de desejo.

E assim, ainda segundo o referido autor, o desenvolvimento do turismo como fenômeno moderno deve ser compreendido enquanto experiência coletiva, dependente das formas de organização social, relacionadas a práticas sociais e representações. As mudanças de hábitos e a relação com a natureza fazem parte desse processo, como pode ser verificado através da história de usos e significados do mar e das praias. O litoral, o mar e a praia, transformam-se, atualmente, de lugar de cura, em lugar de diversão, contribuindo para os contatos com a natureza, mudanças estas associadas ao ideal romântico, que expressa prazer e sentimentos. E dessa forma, o turismo se expressa também como idealização de lugares e pessoas. Guimarães (2006) afirma que a visitação a balneários ou, como costumeiramente se chama, o veraneio nas praias, é uma das práticas contemporâneas mais típicas. “Caracterizado pela questão sazonal (verão), a visita às praias pode ser descrita enquanto fenômeno particular do turismo, chamado 'veranismo'” (ibid, p. 53), este se reconfigura na modernidade como decorrência das férias e do trabalho, aparece como uma vertente do turismo, e não como o turismo em si, apesar de ambos pressuporem o afastamento do lar, da familiaridade e da ocupação de outros espaços sociais e simbólicos. Embora tenham muitos elementos em comum, o veranismo, como o próprio nome sugere, é uma atividade restrita ao verão, estação do ano na qual há grande procura pelas praias, enquanto o turismo pode ser concebido como um fenômeno muito mais amplo e que envolve qualquer época do ano.

Uma outra forma de expressar esse fenômeno denominado veranismo é caracterizá-lo pela periodicidade e pela recorrência aos lugares visitados, onde geralmente o turista hospeda-se em residências de amigos ou alugadas, deixando de lado a rede hoteleira⁹. Tal comportamento turístico já foi bastante comum no município de Garopaba, mas há pouco menos de uma década, observa-se que essa realidade tem sofrido grandes mudanças. Nos últimos anos, o aumento gigantesco no número de hotéis e principalmente pousadas ocasionou uma grande competitividade entre tais estabelecimentos e a queda significativa nos seus valores de hospedagem, o que, por sua vez, proporcionou aos turistas maior adesão a

⁹ Normalmente esse movimento se faz em direção das cidades litorâneas, onde se curte as praias e o mar. Ele se caracteriza por ser periódico, ou seja, as pessoas procuram geralmente os mesmos lugares todas as férias ou os feriados prolongados. Caracteriza-se, também, por períodos prolongados de permanência nos períodos de férias e por ocupar preferencialmente residências secundárias e não a estrutura hoteleira. Os turistas (veranistas) procuram se hospedar em casas próprias, de amigos, parentes ou alugam essas residências por temporadas. Ignarra (apud GUIMARÃES, 2006, p 53)

esses serviços especializados, deixando de lado o costume de acomodar-se nas casas de parentes, amigos e pessoas nativas que alugavam suas residências.

Ao falar de turismo no município de Garopaba, levamos em conta uma série de fatores que o constituem, além de considerarmos também características próprias do referido fenômeno ocorrido no município, como a sazonalidade, por exemplo. Dessa forma, acreditamos que, mais importante do que buscar uma definição para a atividade turística, é compreender o processo como ela se dá, no contexto específico da cidade. Apesar disso, entendemos como relevante citar o conceito de turismo adotado pela Organização Mundial do Turismo – OMT, que é desenvolvido por Oscar de La Torre (1992), pois, embora não contemple de forma plena a atividade turística em Garopaba, ele representa significativamente aquilo que é entendido como turismo. Assim, o temos caracterizado como:

Um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas interrelações de importância social, econômica e cultural.

Ao relacionarmos com o que ocorre em Garopaba, o referido conceito não corresponde ao turismo do município na parte em que afirma que no local de destino dos turistas, os mesmos não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, pois é sabido que a maioria dos estabelecimentos comerciais que funcionam na alta temporada, em Garopaba, são propriedades de pessoas (turistas/comerciantes), oriundos de outras cidades e Estados, que descobriram o potencial turístico da cidade e instalaram lojas, bares, restaurantes, pousadas e outros. Assim, contratando, temporariamente, uma mão-de-obra quase sempre barata, esses turistas/comerciantes adquirem no município uma margem de lucro muito significativa durante a temporada, além de usufruírem das praias e outros atrativos da cidade.

Nesse sentido, uma realidade semelhante também se faz presente no município, que é em relação aos trabalhadores da alta temporada. Conforme já afirmamos, o turismo em Garopaba apresenta características específicas à sua conjuntura. Dessa forma,

Por ser um município turístico muito conhecido por suas belas praias favoráveis à prática do surfe, além de comportar toda a população que vem apenas visitá-la, a cidade está recebendo uma nova demanda composta por jovens, homens e mulheres que vão passar as férias de verão e trabalhar. Esta demanda, advinda basicamente do estado do Rio Grande do Sul, é absorvida principalmente pelas lojas *surf ware*, restaurantes e pousadas, cabendo destacar que muitos destes ambientes funcionam

apenas durante a alta temporada e, conseqüentemente, após seu término, estes jovens retornam às suas cidades de origem. (SILVA, 2007, p. 52)

Observamos, portanto, que o turismo de Garopaba, embora possua a maioria das características, não apresenta o perfil exclusivo daquele conceituado pela OMT, pois muitas das pessoas que visitam a cidade na alta temporada, realizam atividades turísticas, mas também comerciais, de cunho lucrativo e trabalhista. Tem-se, assim, na realidade do município, a figura do turista comerciante, já explicitada, e a figura do turista trabalhador, geralmente jovem, que busca aliar momentos de distração e descanso, com uma rotina de trabalho provisório e cansativo. É preciso destacar, que em ambos os casos, após cessada a temporada de verão, tanto os turistas comerciantes, como os turistas trabalhadores, retornam às suas cidades de origem, aplicando nelas o capital adquirido em Garopaba, configurando, portanto, uma relação de exploração que perpassa diversos âmbitos do município¹⁰.

Entendemos, assim, que o desenvolvimento turístico, embora gere um expressivo aquecimento da economia municipal nos meses de alta temporada, considerando ainda, que as pessoas procuram arrecadar nesse período, recursos para utilizarem durante o restante do ano, observa-se que o retorno financeiro dos trabalhadores temporários não corresponde àquilo que esperam. O que, certamente, não ocorre com os comerciantes empregadores, que aumentam consideravelmente seus lucros a cada temporada.

Para aqueles que são bem sucedidos, seja por sorte, talento, posses ou empenho pessoal, um mercado mais amplo significa maiores recompensas. Para os que não têm tais predicados, qualquer que seja o motivo; a extensão do mercado significa ser deixado para trás, à marginalização ou empobrecimento por estar fora da competição (GENTILI, 2001, p. 76).

Se pensarmos, portanto, de uma forma estrutural e ampla, percebemos o quanto o desenvolvimento do turismo no município, como em qualquer outro lugar, favorece exclusivamente os capitalistas, pois nesse contexto, segundo as palavras do autor, esta é a única classe bem sucedida. Daí decorre nossa maior preocupação com a questão turística, pois são claramente visíveis os benefícios providos pelo capital, em detrimento da qualidade de vida de milhares de trabalhadores, o que, entretanto, parece inexistir diante das autoridades públicas, que só fazem estimular a atividade, independente de suas conseqüências. Lage e Milone (1991, p. 97) corroboram, afirmando, por exemplo, que:

¹⁰ Nesse contexto de trabalho percebe-se, que em decorrência da busca pelo lucro, há uma grande exploração da mão-de-obra dos trabalhadores (nativos ou não), da estrutura ambiental e do potencial turístico do município de Garopaba.

Por vezes, os governos dos países em desenvolvimento adotam uma visão muito otimista com relação ao papel que o turismo pode desempenhar nestes. Levam a cabo programas dinâmicos de investimentos para fomentar o turismo e dão a este prioridade máxima em seus esquemas de desenvolvimento. Em tais casos, pode haver um descuido de investimentos nas necessidades mais fundamentais para o país. A educação, a saúde, o transporte e outros itens do bem estar social da população devem ser a preocupação principal de um país em desenvolvimento e, nesses casos, qualquer prioridade voltada unicamente para o setor turístico será prejudicial e indesejável.

Além do descuido de investimentos, ao qual se refere o autor, é preciso que pensemos também na questão ambiental e em diversas outras questões que estão atreladas ao incentivo permanente do turismo e ao desenvolvimento puro e simples do mesmo, sobretudo em uma conjuntura como a do Brasil, onde qualquer desequilíbrio social onera sempre aqueles que vivem em situações socialmente vulneráveis. Nesses termos, Gentilli (2001) coloca que a redução dos custos sociais, os investimentos em educação e saúde e a adoção de políticas de proteção ao meio ambiente não fazem parte dos objetivos prioritários dos governos atuais, então pode-se pensar que a dificuldade de encontrar empregos formais na indústria, no comércio ou nos serviços se traduzirá por um crescimento do emprego informal de estrita sobrevivência e do desemprego, isto é, da pobreza.

A realidade turística do município de Garopaba enquadra-se muito bem nessa consideração, pois reflete um processo social mais amplo, reproduzido sistematicamente no bojo das sociedades capitalistas e traduzido de inúmeras formas, dentre as quais, está o turismo sazonal, gerador de postos de trabalho informais e temporários, condicionantes da precarização das condições de vida das pessoas. Ainda assim, é importante observar que a maioria dessas pessoas e suas respectivas famílias, com o objetivo de prover, mesmo que em baixíssima escala, suas necessidades mais básicas, na busca pela sobrevivência, procuram as políticas sociais existentes em Garopaba, as quais também não são suficientes para contemplar de maneira plena suas várias demandas. Silva (2007, p. 53) nos traz mais algumas contribuições, quando expõe, que:

Atualmente, [...], o número de famílias atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social apenas no Programa Bolsa Família – PBF é de 910, isto corresponde a mais de 4.000 pessoas, quase 1/3 da população do município, que em 2006 era de 15.563 habitantes, nota-se, desta forma, que o número de famílias que vivem na condição de pobreza, ou seja, com uma renda per capita igual ou inferior a R\$ 120,00, é bastante relevante.

Além disso, o critério de R\$ 120,00 *per capita*, definido pelo governo federal, que desenvolve e executa o PBF, para designar famílias pobres, está em completo desacordo com

a realidade brasileira, sobretudo tendo em vista a instabilidade da economia e as constantes altas da inflação no país¹¹. Na prática, tal condicionalidade exclui do acesso ao benefício, qualquer grupo familiar que tenha uma renda mensal *per capita* superior ao valor mencionado (R\$ 120,00), pois considera que estas não se encontram na condição de pobreza. Acerca dos programas e projetos sociais desenvolvidos no município de Garopaba traremos mais informações no item 4.3.1.

¹¹ Consultar <http://www.cofecon.org.br>

3 O UNIVERSO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE E O TRABALHO TEMPORÁRIO NO TURISMO SAZONAL DE GAROPABA

3.1 TRABALHO, RELAÇÕES TRABALHISTAS E TURISMO

3.1.1 O significado do trabalho na vida humana

Qual é o significado do trabalho para o ser humano? A psicologia moderna nos ensina que as relações entre o humano e o trabalho comportam diversas facetas, cada um de nós pode verificar esta constatação em si mesmo: o trabalho é necessário para assegurar a existência material, faz com que se ganhe dinheiro, implica esforços... mas também oferece um meio de expansão das próprias forças e capacidades humanas de forma útil, de criatividade, de enriquecimento da existência pessoal de alargamento dos horizontes. A confiança em si, a estima, o orgulho, o desabrochar pessoal, os objetivos e a satisfação existenciais estão estreitamente ligados ao trabalho: eles constituem uma reivindicação dos seres humanos em relação a este. Mas o mundo do trabalho não tem como satisfazer a todos estes anseios e desejos. E diga-se, cada vez menos (KRIPPENDORF, 1989, p. 137).

Embora tenha realizado tal afirmação há quase vinte anos, indubitavelmente o autor supracitado traz um depoimento verídico acerca do significado que a sociedade atribui ao trabalho nos dias de hoje. Percebe-se no dia-a-dia, tanto em conversas formais, como informais, em rodas de amigos, em um *happy hour*, por exemplo, que muitas vezes aquilo que uma pessoa faz, ou seja, o trabalho que realiza, a profissão que exerce, é mais significativo e importante do que sua vida particular, seu próprio nome, sua idade e suas características pessoais. Entendemos assim, que na ótica dessa sociedade que cultua o trabalho, o homem deve ser antes de tudo um trabalhador, e ser um trabalhador na sociedade capitalista significa produzir riquezas e, por conseqüência, lucro. “Mais concretamente, o homem é obrigado a se dedicar a uma obra de transformação da natureza, ou seja, ele deve ser capaz de gerar riquezas.” (LAGE, MILONE, 1991, p. 25)

E assim, a partir de uma corrente de pensamento crítico-dialético, enquanto elemento que condiciona a vida humana em sociedade, entendemos o trabalho como fonte de produção de riquezas e como criador de valores de uso, como trabalho útil e indispensável à existência do homem, quaisquer que sejam as formas de sociedade. É necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e portanto, de manter a vida humana (MARX, 1982). No entanto, ao passo que necessita do trabalho para sobreviver, pois é a forma como obtém o salário (pagamento de sua mão-de-obra – utilizado para a

subsistência), o trabalhador contribui para um processo que o exclui cada vez mais do acesso às riquezas que ele próprio criou através de seu trabalho, de forma que, quanto mais trabalha e produz, mais lucro gera aos detentores dos meios de produção, e mais acumula nas mãos destes, as riquezas que produziu.

Existen sólo dos clases em la sociedad: los capitalistas y los trabajadores. Los primeros se ven obligados por la competencia a reinvertir por lo menos una parte de la plusvalía que se apropian a fin de asegurar su propia reproducción como clase. Los trabajadores, a los que se niega cualquier acceso a los medios de producción, dependen totalmente para su subsistencia de que les den empleo los capitalistas (la clase trabajadora no puede producir nada por si misma) (HARVEY, 1990, p. 163).

Embora, hoje em dia, se fale em classes baixa, média-baixa, média, média-alta, alta, ou ainda, uma série de outras designações, o fato é que de uma forma mais simples, abrangente e realista, podemos denominá-las apenas como classe trabalhadora e capitalista. Ambas constituem o sistema de trabalho e produção mundial, representando um universo de dominados e uma elite dominante, respectivamente. Assim, e de acordo com Harvey (1990), os capitalistas encontram-se permanentemente e historicamente em uma situação bastante privilegiada, determinando as relações sociais, econômicas, culturais, políticas, éticas e humanas, como um todo, nos diferentes níveis da sociedade e, ainda, produzindo e reproduzindo constantemente sua dominação.

Entendemos, a partir disso, que existe uma forte relação contraditória no universo do trabalho, e que a mesma está intrínseca às relações de produção e reprodução da sociedade capitalista, pois da maneira como é concebido atualmente, o trabalho é gerador de riquezas, *status*, dignidade, mas também, de desigualdades, pobreza, submissão e das mais distintas formas de discriminação social. De acordo com Yazbek (1996), o anseio de autonomia, como trabalhador, constitui um ideário para as classes populares e essa aspiração permite ao trabalhador ver-se como livre proprietário de sua força de trabalho. Entendimento que, contraditoriamente, é fundamental para que o trabalhador aceite sua subordinação ao capital, reforçando-se assim um imaginário de ascensão através do trabalho. No entanto, o que a história recente do capitalismo vem mostrando é a rejeição da classe trabalhadora para a qual o trabalho é instrumento de sobrevivência e não de ascensão social.

O trabalhador, nesse contexto, encontra-se de “mãos atadas”, tendo sua força de trabalho como única mercadoria a oferecer, a qual pode garantir sua sobrevivência, embora, de forma continuamente precária.

Ao longo da obra “Classes subalternas e assistência social” Yazbek retrata os diversos significados que o trabalhador, de uma forma geral, atribui ao trabalho, entretanto tais significados estão, em sua maioria, voltados para um sentido único de contradição, o qual configura-se pela dignidade e pela inferioridade advindas do mesmo. O salário, resultado do trabalho, proporciona “liberdade” ao homem. Esta, compreendida na sociedade capitalista, enquanto possibilidade de consumo, de conquista de produtos e aquisição de bens, é construída por esta mesma sociedade em bases falsas, em desejos transformados em necessidades. “Não são as preferências individuais que orientam o mercado, mas é o mercado quem cria, até as raias do absurdo, as preferências individuais.” (PEREIRA, 2000, p. 51).

A liberdade, anteriormente citada, é portanto, uma liberdade que aprisiona, que impõe sofrimento em troca de “felicidade”, dor em troca de “prazer”, e dessa forma tais “vantagens” estarão sempre atreladas ao poder de compra, ao conforto das tecnologias, ao alcance daquilo que existe de mais sofisticado no mercado, o que, por sua vez, implica em uma maior exploração do trabalhador, que é o sujeito que produz tais coisas, que busca constantemente e alienantemente, através de seu trabalho, alcançá-las, mas que encontra neste, apenas uma forma mínima de manutenção da vida.

3.1.2 A realidade do trabalho temporário

No que concerne ao universo do trabalho, especificamente no Brasil, é absolutamente relevante que abordemos as transformações do mesmo, decorrentes do avanço do neoliberalismo no país. Tendo em vista um sistema de acumulação baseado na flexibilidade da produção, das relações comerciais e do trabalho, mudanças bruscas em diversos âmbitos da sociedade vêm ocorrendo em todo o mundo e refletindo fortemente na sociedade brasileira. Segundo Câmara (2001), desde os anos oitenta, com o fim do regime militar, o processo de redemocratização e a desregulamentação econômica, intensificada nos anos noventa, tem-se assistido a privatizações de empresas estatais, a reestruturação produtiva (que traduz-se em rebaixamentos salariais, terceirizações, subcontratações, demissões, etc.) e a uma firme adesão do Estado ao “modelo neoliberal”. Este cenário explicita-se, no país, em diferentes formas, como o desemprego crescente, a violência urbana e a exclusão social. Referenciando-se em Harvey (1993), o autor coloca, ainda, que a reestruturação do mercado de trabalho apresenta a redução do emprego como elemento que contribui para o crescimento do trabalho

em tempo parcial, temporário e subcontratado.

Como já é sabido, no contexto do município de Garopaba, observa-se na alta temporada turística, uma proliferação de postos de trabalho informais e temporários, que atraem uma demanda de trabalhadores, que buscam no turismo sazonal uma forma de obter recursos para manter-se por um período mais longo possível. Mas, percebe-se também que tais recursos são escassos, e cada vez menos dão conta de suprir satisfatoriamente suas necessidades mais básicas, servindo apenas como alívio para situações emergenciais, ou ainda, como forma de contribuir para a renda da família por um período determinado. Dessa forma, Câmara (2001, p. 46) conclui que:

[...] o turismo caracteriza-se como uma atividade flexível, pois o processo concentra-se em torno dos serviços turísticos, no comércio, na construção civil, finanças e negócios, com o predomínio do setor privado e da terceirização, aliado às altas taxas de trabalho em tempo parcial, sazonal e informal.

Corroborando o caráter temporário e sazonal do turismo, bem como dos postos de trabalho decorrentes dele, o autor ainda afirma, que:

Uma precária geração de empregos ocorre com a reestruturação do mercado de trabalho, o número de empregos formal declina. Os lugares “eleitos” para o desenvolvimento do turismo buscam uma alternativa. Porém, a qualidade dos empregos gerada, se caracteriza pelo caráter flexível, com baixa remuneração, informalidade, altas jornadas de trabalho e sazonalidade (CAMARA, 2001, p.58).

A partir disso, compreende-se que o sistema de produção capitalista evidencia, em aspectos contemporâneos, uma série de fatores que implicam em cada vez mais desigualdades sociais, as quais estão presentes, por exemplo, na forma como se vivencia o turismo, através da exploração de trabalhadores temporários e informais. Ramos (1998) também concorda que as características do capitalismo atualmente, sobretudo a acumulação flexível do capital, que tornou o mercado instável e impôs a flexibilização da produção, são elementos condicionantes da exploração sofrida pela força de trabalho. Assim, relata que “a globalização e o neoliberalismo sustentam a não-intervenção do Estado na atividade econômica, deixando os atores sociais sujeitos à própria sorte.” (p.11).

Acerca das relações trabalhistas, o mesmo continua:

O contrato temporário de trabalho é o início do fim do Direito do Trabalho tutelar e protetivo. A premissa histórica e material de que as partes envolvidas na relação de emprego são desiguais é abandonada. Tais mudanças, contudo, não apontam para uma sociedade liberada do trabalho. Pelo contrário, a exclusão social decorrente da revolução tecnológica agrava a situação do trabalhador, precarizando sua condição social. (RAMOS, 1998, p. 11)

Ao analisar as considerações dos autores Câmara e Ramos, torna-se evidente o encontro de idéias comuns, pois ambos relatam seu entendimento sobre a atual conjuntura do mercado de trabalho enquanto área que sofre profundas transformações decorrentes dos ajustes neoliberais. Os trabalhadores, sujeitos ontologicamente envolvidos nesse processo, têm dessa forma, seu contexto de vida também modificado, o que altera, conseqüentemente, toda a dinâmica da sociedade, a qual torna-se um ambiente cada vez mais favorável ao desenvolvimento e fortalecimento da política neoliberal e suas trágicas conseqüências.

Sobre o contrato de trabalho temporário, vínculo empregatício utilizado em grande escala nas mais variadas esferas de contratação de mão-de-obra, e forma pela qual se dá a contratação dos funcionários que participaram do levantamento de dados que realizamos, Ramos (1998) produz suas considerações com maior ênfase à área jurídica, discorrendo que, assim como em muitos outros âmbitos societários, o capital imprime sua força ao Direito do Trabalho, promovendo a desregulamentação do mesmo em vários aspectos. Em relação às grandes empresas, o autor também traz importantes contribuições, demonstrando o quanto o avanço neoliberal repercute também nesse segmento, assim, segundo ele (p. 115):

Os empresários já não querem ser empregadores, querem ser tão-somente empresários. Querem os bônus da exploração de atividade econômica, sem sofrer os ônus dela decorrentes. O capital passa a romper o pacto social com o trabalho. O mundo do trabalho é precarizado, amesquinhado, desconsiderado. A força de trabalho humana é substituída pela máquina.

Nesse contexto percebemos, mais uma vez, as perversas conseqüências do capitalismo para a classe trabalhadora, que além de ter seus direitos usurpados, encontra-se ignorada em meio a um arsenal tecnológico que a substitui. Mas há que se admitir, é claro, os benefícios que o avanço da ciência nas áreas da saúde, por exemplo, têm propiciado à população mundial, melhorando significativamente sua qualidade de vida. Contudo, os malefícios estruturais provocados pela globalização e pela tecnologia excessiva são ainda maiores e mais drásticos do que as possíveis vantagens oferecidas por ela, pois a mesma é geralmente pensada e implementada para contemplar os objetivos do capitalismo, o que implica, necessariamente, em prejuízo para a classe trabalhadora.

E, de fato, para a maior parte da humanidade a globalização se impõe de forma perversa, ocasionando o desemprego crescente, o aumento da pobreza, o rebaixamento dos salários, a dificuldade de acesso à educação, a fome, as doenças, os egoísmos e a corrupção. Todas essas mazelas estão direta ou indiretamente ligadas ao atual processo de globalização

(Santos, 2001). Nesse sentido, analisar as condições de vida dos trabalhadores, de um modo geral, enfatizando a realidade dos trabalhadores da empresa onde realizamos o levantamento de dados, significa compreendê-los atrelados às muitas implicações do capitalismo, as quais encontram no avanço das tecnologias, na desregulamentação dos direitos e no contrato temporário de trabalho, formas plenas de se legitimar. Nas palavras de Ramos (1998, p.120): “O contrato temporário de trabalho representa, sem desconsiderar outros instrumentos flexibilizadores, o principal marco da desregulamentação do Direito do Trabalho”.

Damos tal ênfase ao contrato temporário de trabalho, pois o mesmo é majoritariamente utilizado pelos empregadores da maioria dos postos de trabalho turísticos, e única forma pela qual se dá a contratação dos funcionários da empresa estudada. Outrossim, concordamos com Ramos quando o mesmo assinala tal contrato, enquanto um dos principais elementos da desregulamentação de uma série de direitos voltados ao bem estar do trabalhador, e ainda, quando situa o referido documento no marco neoliberal, como mais uma estratégia de enfraquecimento dos vínculos trabalhistas e, conseqüentemente da classe trabalhadora.

3.2 EMPRESA TEMPORÁRIA, TRABALHO TEMPORÁRIO E DEMANDAS PERMANENTES

3.2.1 Apresentação do caso no contexto pesquisado

Tais quais muitas empresas do município de Garopaba, o estabelecimento onde se deu o levantamento de dados é uma empresa do ramo de hospedagem que tem um curto período de funcionamento anual, o qual corresponde basicamente aos meses de janeiro e fevereiro, além de alguns dias no final de dezembro, após o Natal, podendo se estender, ainda, ao início do mês de março, quando os dias de Carnaval o atingem. A temporada turística no município está compreendida, portanto, entre este período, e é nesta época que o comércio da cidade se amplia e conseqüentemente seu número de postos de trabalho também, passando a “empregar” uma quantidade bastante elevada de trabalhadores.

A forma como ocorre a contratação dessa mão-de-obra é o pano de fundo de nossas análises, que devem perpassar as implicações sociais do referido processo e relacioná-las com os elementos intrínsecos ao conjunto de determinantes sócio-históricos presentes na sociedade.

É importante destacar que nosso contato com os trabalhadores se deu nos dois meses de temporada turística, mas também no restante do ano em razão do estágio realizado na Secretaria de Desenvolvimento Social, local onde os mesmos trabalhadores temporários utilizam serviços sócio-assistenciais. Assim, pudemos confirmar, ao longo do ano de 2008, a veracidade das informações colhidas na temporada de verão por meio do questionário aplicado.

Nossa metodologia¹², portanto, está baseada, sobretudo, na observação, no acompanhamento e na experiência, elementos absolutamente indispensáveis em um processo de pesquisa. Esta, por sua vez, é entendida como uma atividade básica da Ciência nos seus questionamentos sobre a realidade¹³. E, embora seja uma prática teórica, a pesquisa relaciona profundamente pensamento e ação (MINAYO, 1994).

Ainda, segundo a autora, a pesquisa se realiza, fundamentalmente, por métodos e técnicas e por uma linguagem própria, a qual se constrói também com um ritmo próprio e particular, denominada ciclo da pesquisa. Se tem, então, nesse processo, um longo trabalho que começa com um problema ou uma pergunta e acaba com um produto provisório, sujeito a novas interrogações. E, de fato, constatamos que isso ocorreu ao longo de nosso levantamento de dados, pois o mesmo foi motivado pela dúvida inicial acerca das formas de subsistência dos trabalhadores temporários, ao passo, que após esclarecidas tais dúvidas, nos deparamos com uma realidade incerta e totalmente passível de equívocos, de forma que outros elementos, além daqueles que verificamos, possam ser utilizados pelos trabalhadores no seu cotidiano de luta pela sobrevivência.

É importante que citemos também, alguns dos principais elementos que constituem a metodologia, são eles: definição da amostragem, coleta de dados e organização e análise de dados. A definição da amostragem, no contexto de uma pesquisa qualitativa, como a nossa, não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, mas está focada no significado que os sujeitos abordados têm para o problema a ser investigado. Em nosso caso realizamos uma amostragem de 20% dos trabalhadores da empresa, o que, representa um número pouco expressivo, porém considerável. Tendo em vista diversas impossibilidades, não foi possível contatar um número maior de funcionários, mas a observação e a experiência do

¹² Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas (MINAYO, 1994, p. 16).

¹³ Ao longo do trabalho utilizamos majoritariamente o termo “levantamento de dados” e não “pesquisa”, por que entendemos que esta tem um significado maior e exige contar com controles adequados e objetivos pré-estabelecidos.

convívio nos permite considerar a abordagem realizada, bastante significativa. Além disso, “a observação é o uso dos sentidos, com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano e pode ser usada como procedimento científico para a pesquisa.” (GIL, 1998, p. 104).

Em relação à coleta de dados, esta deve ser definida no que tange à pesquisa de campo e também à pesquisa bibliográfica. Coletar dados empíricos através da aplicação de um questionário era um procedimento já definido por nós, entretanto, não imaginamos que teríamos a oportunidade de continuar acompanhando a dinâmica de vida da maioria dos trabalhadores, o que foi possível em razão da experiência de estágio, conforme já relatamos.

Entendemos, assim, que os imprevistos em um processo de pesquisa podem realmente ocorrer, mas também de forma positiva, como o foi. As circunstâncias como se deram nosso levantamento de dados partem do pressuposto que:

O interesse da pesquisa de campo está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade. Ela apresenta vantagens e desvantagens (LAKATOS, MARCONI, 1990, p. 184).

Nosso objetivo era tomar conhecimento sobre as formas de sobrevivência de um determinado grupo de indivíduos, e assim, procedemos fundamentalmente à pesquisa de campo, que apresenta vantagens muito significativas nesse processo.

Sobre a pesquisa bibliográfica, nos orientamos basicamente por autores difundidos no âmbito do Serviço Social, os quais, por sua vez, baseiam-se, em sua maioria, na corrente de pensamento marxista. Entendemos também que o tema turismo, pensado de forma crítica, está bastante ligado às considerações que os adeptos de Marx desenvolvem, inclusive os mais atuais:

O marxismo é nosso fundamento por que por ele podemos enxergar o turismo como um setor de atividade econômica que produz e reproduz tanto a exploração quanto a alienação, mesmo sendo uma indústria que não se caracteriza, unicamente, pela produção de mercadorias materiais (OURIQUES, 2005, p. 23).

A opção por essa teoria está calcada, também, na identificação de pensamentos que vão ao encontro de objetivos sociais, os quais vislumbram uma sociedade diversa desta que atualmente vivenciamos, a qual tem no capitalismo sua razão perversa de ser.

Sobre a organização e análise de dados, entendemos que esta deve ser feita sistematicamente e de modo claro, objetivando explicitar a relevância daquilo que foi percebido pela pesquisa. Assim, mostramos, literalmente, os relatos dos trabalhadores e seu

entendimento acerca do processo de trabalho temporário no contexto turístico no município de Garopaba. Também ilustramos as informações obtidas através de gráficos e tabelas, que comportaram os dados de cada uma das cinco questões aplicadas, possibilitando a visualização dos resultados do levantamento de dados.

A pesquisa documental, considerada uma fonte primária¹⁴, também foi utilizada em nosso trabalho. Acessamos, por exemplo, a documentação da Secretaria de Desenvolvimento Social para buscar dados do município de Garopaba referentes aos programas e projetos sociais desenvolvidos na cidade, aos indicadores sociais do Plano Municipal Plurianual de Assistência Social e também fizemos uso de uma Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de 2006, que trouxe para o presente trabalho elementos bastante relevantes sobre a dinâmica das famílias na atualidade.

Ainda sobre a pesquisa de campo, nossa forma principal de obtenção dos dados, pensamos ser importante expor suas vantagens e desvantagens, colocadas por Lakatos e Marconi (1990) de maneira breve: as vantagens seriam o acúmulo de informações sobre determinado fenômeno, que também podem ser analisados por outros pesquisadores e a facilidade da obtenção de uma amostragem de indivíduos, sobre determinada população, por exemplo. As desvantagens relacionam-se ao pequeno grau de controle sobre a situação de coleta de dados e a possibilidade de interferência de fatores externos nos resultados, e também, ao comportamento verbal dos indivíduos estar em desacordo com a verdade.

As mesmas autoras ainda prosseguem citando diversas ciências e ramos de estudo que utilizam a pesquisa de campo para o levantamento de dados. O Serviço Social está entre eles, o que corrobora a forma de abordagem e de conhecimento da realidade que utilizamos.

Outrossim, acreditamos que a amostra realizada é suficiente para se ter um breve panorama da realidade do município de Garopaba no que se refere ao trabalho temporário, pois levando em conta experiências pessoais com esse tipo de trabalho e a convivência, desde sempre, com o turismo sazonal, podemos afirmar que a realidade dos trabalhadores da empresa onde o levantamento de dados ocorreu, é compartilhada pela grande maioria dos trabalhadores de outras empresas da cidade, e ainda, por aqueles ditos “autônomos”, que não mantêm vínculos empregatícios, mas que se utilizam do turismo, ou do trabalho informal

¹⁴ A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (LAKATOS, MARCONI, 1990, p. 171)

advindo dele para sobreviver, mesmo que em condições temporárias e precárias, sendo preciso buscar, além destes, outros meios de subsistência durante o ano.

3.2.2 Empresa temporária e trabalho precário

A cada temporada de verão a estrutura da referida empresa começa a ser preparada e reformada, quando necessário, a partir do mês de outubro, para em dezembro estar pronta para o início de suas atividades. O processo seletivo dos funcionários geralmente ocorre no mês de novembro e os funcionários da temporada passada, se tiverem a aprovação dos proprietários da empresa e estiverem disponíveis no mercado de trabalho, têm prioridade nesse processo. Após uma breve entrevista com a gerência os candidatos são avisados de que, em caso de aprovação, são chamados em cinco dias para o esclarecimento de suas funções e para o fornecimento dos documentos necessários para a contratação. A partir de então, cada um dos funcionários passa a ter um vínculo empregatício que é mantido pelo período de 60 dias. A carga horária dos trabalhadores fica em torno de oito horas diárias, com horas extras sempre que necessário e folgas semanais de 24 horas, que nunca devem coincidir com sextas, sábados e domingos, pois são os dias de maior movimentação na empresa. No período que antecede o Ano Novo (dias 29, 30 e 31 de dezembro), bem como, na semana de Carnaval, os horários de entrada e saída dos funcionários são sempre alterados pela gerência, adentrando muitas vezes as madrugadas, pois especialmente nesses feriados a demanda da empresa aumenta significativamente.

Todas essas condições de trabalho são devidamente explicadas antes da contratação dos trabalhadores, que, portanto, estão cientes de que seu vínculo com aquela empresa será breve e implicará no cumprimento de tais exigências. Contudo, sem perspectiva de um emprego formal e necessitando minimamente sobreviver, as pessoas se submetem ao trabalho temporário e precário. O quadro na última temporada (verão 2007/2008) teve um total de quarenta funcionários, que permaneceram prestando serviços durante dois meses, aproximadamente, sendo dispensados após esse período.

Essa situação remete ao processo descrito por Cesar (1998, p.119):

[...] o discurso empresarial que enfatiza a qualificação, as múltiplas competências, a adaptabilidade, a participação e o envolvimento, é também o mesmo que justifica a redução de postos de trabalho, a empregabilidade e a adoção de padrões mais rígidos de controle do desempenho do trabalhador. Na confluência destas práticas criam-se as condições necessárias para persuadir o trabalhador a dar o máximo de

sua capacidade psicofísica. Razão maior de conviverem velhas e novas formas de utilização da força de trabalho, que conservam e reatualizam as exigências para potencializar a produtividade e, conseqüentemente, os lucros.

É, portanto, nessa ótica que trabalham as empresas. Há uma constante otimização do tempo e do processo de trabalho como um todo, de modo, que se estimula a capacitação dos trabalhadores, sem necessariamente compensar sua força de trabalho especializada (ou não). Ao contrário, reforça-se, através do aumento do tempo de trabalho dedicado, uma exploração que é bastante visível, porém pouco compreendida.

E a falta de reconhecimento e compreensão, por parte da sociedade, mas, sobretudo, por parte do trabalhador, acerca da exploração da qual ele é vítima e protagonista, condiciona uma profunda alienação.

A alienação (ou “alheamento”) significa, para Marx, que o homem *não se vivencia* como agente ativo de seu controle sobre o mundo, mas que o mundo (a natureza, os outros, e ele mesmo) permanece alheio ou estranho a ele. Eles ficam acima e contra ele como objetos, malgrado possam ser objetos por ele mesmo criados. (FROM, 1979, p. 50)

Assim, enquanto sujeito que constrói esse processo, o trabalhador, em razão de necessidades humanas de sobrevivência, atendidas na venda de sua força de trabalho, seja esta da forma que for, não vivencia o mundo e nem a ele próprio, ou os vivencia passivamente, como se não fosse parte desse todo.

Nesse sentido, nos ateremos ao perfil apresentado pelos oito funcionários da empresa pesquisada, que certamente partilham de características semelhante a de trabalhadores de outras realidades. A convivência com o grupo de funcionários pesquisados, em razão do vínculo de trabalho com a empresa, nos permite ter uma visão ampla e aprofundada de suas realidades de vida, sobretudo por que com a maioria deles, trabalhamos duas temporadas consecutivas, o que possibilita um maior estreitamento de relações. Em relação a data do levantamento de dados, a mesma se deu em fevereiro do presente ano, por que em outra oportunidade não seria possível, tendo em vista que a temporada de verão é sazonal e pretendíamos abordar o tema no presente Trabalho de Conclusão de Curso.

Além disso, é importante ressaltar também, que a experiência de estágio vivenciada na Prefeitura Municipal de Garopaba – Secretaria de Desenvolvimento Social oportunizou um conhecimento ainda maior sobre a vida desses sujeitos, pois verificamos que muitos deles utilizam os diversos programas e projetos sociais que acompanhamos durante os doze meses de estágio. E assim, pudemos compreender melhor as formas de sobrevivência daqueles indivíduos, para quem o levantamento de dados foi direcionado.

Tendo em vista a condição sócio-econômica dos trabalhadores em questão, que se baseia em recursos, sabidamente, bastante limitados, advindos praticamente apenas do trabalho temporário, tínhamos o objetivo de saber quais as estratégias utilizadas por aqueles trabalhadores na manutenção de sua vida, de forma que as mesmas pudessem explicar o processo sistemático de pobreza no qual vivem. Nosso objetivo estende-se, ainda, no sentido de contribuir para um processo de planejamento e implementação de políticas sociais no âmbito municipal pois, tendo em vista a explicitação de tal realidade pretende-se informar a sociedade e, sobretudo, o poder público para que voltem sua atenção a esta demanda e possam compreender as implicações negativas do turismo na cidade.

É preciso que se entenda, no entanto, que não nos posicionamos absolutamente contra o turismo, pois se entende que o mesmo é um processo construído historicamente no qual também podem ser identificados pontos positivos, como a miscigenação de culturas e ideologias que ampliam o universo de conhecimentos das pessoas e provêm até um certo grau de desenvolvimento capaz de melhorar em alguns aspectos a vida dos moradores de uma comunidade. O fato é que a maneira através da qual o turismo é lançado atualmente nos espaços, principalmente em cidades litorâneas, acarreta uma infinidade de prejuízos que perpassam os diferentes âmbitos da sociedade, refletindo fortemente sobre a vida das sujeitos, sobretudo daqueles que já padecem de uma fragilidade econômica e social, o que acaba por precarizar ainda mais suas condições de vida.

[...] estudos internacionais mostram que o Brasil paga um dos piores salários mínimos do mundo e não investe na escolaridade e na qualificação da mão-de-obra. [...] Além disso, paradoxalmente, não há políticas de satisfação de necessidades sociais básicas, por se entender, tal como reza o credo neoliberal, que as pessoas devem se autoprover mediante o trabalho, apesar de o governo não implementar políticas de melhoria da qualidade e da quantidade de postos de trabalho (PEREIRA, 2000, p. 176).

Dessa forma, pretendemos explicitar que as características do turismo sazonal no município de Garopaba refletem, em grande parte, um processo social muito mais amplo, que ocorre em esfera mundial, o qual denomina-se capitalismo, que imprime também ao município seus elementos contemporâneos, marcados pela era neoliberal. Os valores monetários deixados na cidade pelos turistas nacionais e internacionais, já apontados anteriormente, que na temporada passada, segundo dados da Santur ficaram em torno de quarenta milhões de dólares, retratam claramente, o poder de consumo de uma elite dominante em cenários globais e locais, concomitante a uma ampla maioria de trabalhadores

que luta pela sobrevivência através de trabalhos temporários, informais, pouco qualificados e extremamente mal remunerados.

Parece-nos óbvio que alimentação adequada, moradia digna, boas condições de higiene, saúde de qualidade, acesso à educação, lazer e trabalho sejam elementos que preliminarmente asseguram a qualidade de vida de uma pessoa, mas como é possível pensar nisso num contexto de vida marcado pela instabilidade e pela insegurança do trabalho temporário? Ao estimular tão fortemente o turismo, os governantes não levam em conta esse fato? Imaginamos que não, pois em seus discursos entusiasmados enaltecem a atividade como fonte de trabalho, renda e desenvolvimento, sem considerar que a sazonalidade do mesmo condiciona, ano após ano, o processo de empobrecimento de uma comunidade, que é inserida num círculo de dependência, ideologicamente reforçado e fortalecido pelo discurso competente¹⁵. Além disso, há que se considerar, ainda, aquilo que Santos (2001, p. 38) denomina tirania da informação e do dinheiro, relatando o seguinte:

Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos — isto é, dos globalitarismos — a que estamos assistindo.

Percebemos, desse modo, que o processo gerador de desigualdades, bem como as relações sociais decorrentes dele, são reafirmadas e legitimadas por um conjunto de indivíduos em função de seus objetivos próprios. E assim, o que é transmitido à maioria da população, geralmente, são informações manipuladas, que mais confundem e alienam do que esclarecem. No caso específico do turismo sazonal no município de Garopaba, o que se observa é a disseminação de uma idéia plenamente positiva e benéfica, tanto para aqueles que visitam a cidade, como para a população local que será visitada e “contemplada” com inúmeras vagas de trabalho. Não são pensadas e analisadas as conseqüências mais abrangentes do turismo, o imediatismo das ações para sua implantação, em razão do potencial lucro que é capaz de gerar. É sobreposto ao planejamento de políticas públicas para a maior

¹⁵ O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência. (CHAUI, 2003, p. 7)

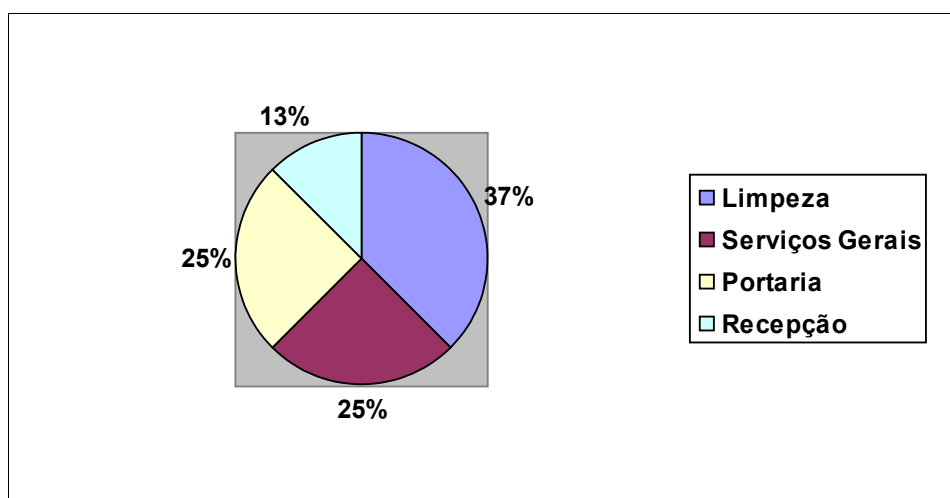
parte da população, que permanece dependente dos postos de trabalho abertos apenas durante a temporada de verão no município de Garopaba, o que a obriga a buscar outras formas de sobrevivência, geralmente distanciadas da dignidade a qual tem direito.

3.3 O PERFIL DOS TRABALHADORES

Realizado em 17 de fevereiro de 2008, conforme já colocado anteriormente, o levantamento de dados feito na empresa de hospedagem do município de Garopaba identificou uma realidade que já se supunha. Desprovidos de uma renda fixa e segura, os trabalhadores da empresa, além do emprego temporário e informal, se utilizam do apoio familiar e dos serviços de assistência social, para manter sua sobrevivência e de sua família.

Dentre os quarenta funcionários que a empresa contratou na última temporada de verão, aplicamos o questionário a oito deles. Neste instrumental abordamos cinco questões, abertas e fechadas, pois entendemos que uma abordagem muito extensa seria cansativa e pouco eficaz e que o tipo misto de questionário contemplou de forma satisfatória aquilo que pretendíamos conhecer, esclarecendo nossas dúvidas mais pertinentes. Faz-se necessário relatar que a faixa etária dos trabalhadores variou entre dezesseis e quarenta e dois anos.

A primeira pergunta do questionário se referiu à função de cada um dos oito funcionários na empresa. Obtivemos, então, as seguintes respostas: três pessoas trabalham no setor de limpeza, o que corresponde a 37% dos trabalhadores, duas em serviços gerais, o que corresponde a 25% dos trabalhadores, outras duas na portaria da empresa e uma pessoa na recepção, o que corresponde a 13% dos trabalhadores, conforme o gráfico e tabela abaixo permitem visualizar:

Gráfico 5: Função exercida

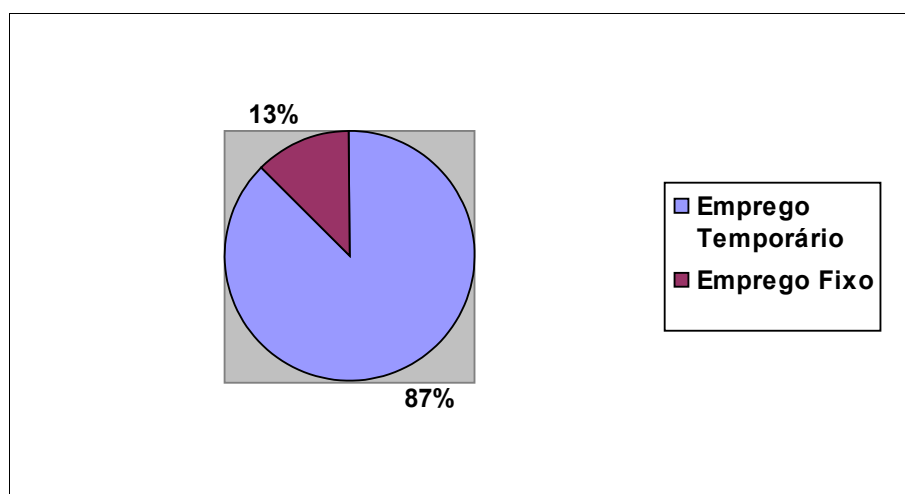
Fonte: Da autora (2008)

Tabela 5: Função exercida

Função na Empresa	Quantidade em Porcentagem	Quantidade Unitária
Limpeza	37%	3 pessoas
Recepção	25%	2 pessoas
Portaria	25%	2 pessoas
Serviços Gerais	13%	1 pessoa

Fonte: Da autora (2008)

A segunda questão foi sobre os tipos de trabalhos que as pessoas desempenhavam. Perguntamos, então, se possuíam apenas aquele trabalho temporário ou se tinham outro emprego fixo. Já esperadas, as respostas obtidas foram que, dos oito trabalhadores, sete não tinham nenhum outro emprego, ou seja, 87% dos funcionários, e apenas uma pessoa que participou da coleta de dados, ou seja, 13% dos funcionários tinha, além daquela ocupação temporária, um emprego fixo.

Gráfico 6: Tipos de emprego

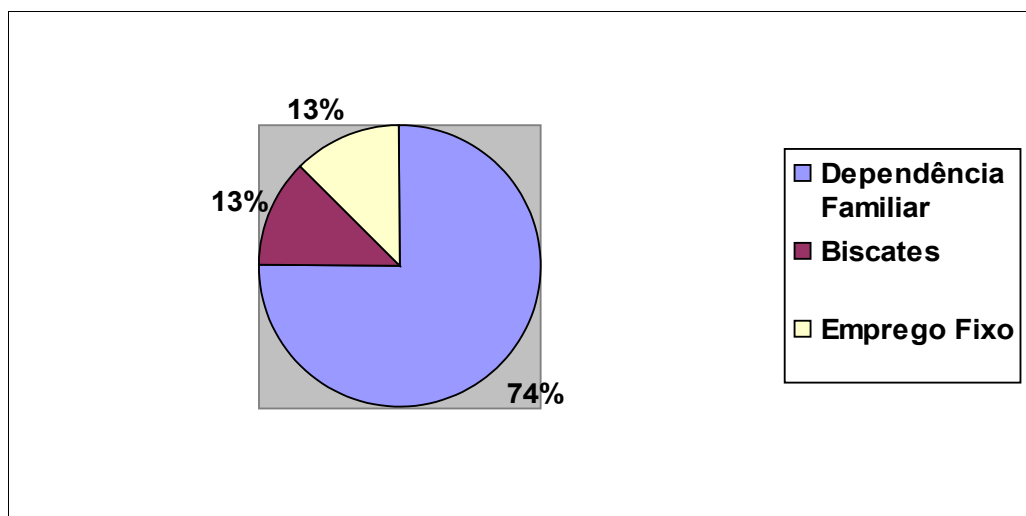
Fonte: Da autora (2008)

Tabela 6: Tipos de emprego

Tipo de Emprego	Quantidade em Porcentagem	Quantidade Unitária
Emprego Temporário	87%	7 pessoas
Emprego Fixo	13%	1 pessoa

Fonte: Da autora (2008)

A terceira pergunta objetivou saber a maneira através da qual os funcionários conseguiam prover o seu sustento nos meses de baixa temporada turística, período em que, a maioria, estava fora do mercado de trabalho. Entendemos que essa foi uma pergunta crucial do questionário, pois consistia em nossa principal dúvida. Assim, seis dos oito trabalhadores (74%) declararam depender de outras pessoas para sobreviver durante os dez meses de baixa temporada, uma pessoa (13%) declarou que “faz bicos”, ou seja, se utiliza de biscates, do trabalho informal como alternativa de subsistência e uma outra pessoa tem emprego fixo.

Gráfico 7: Formas de subsistência

Fonte: Da autora (2008)

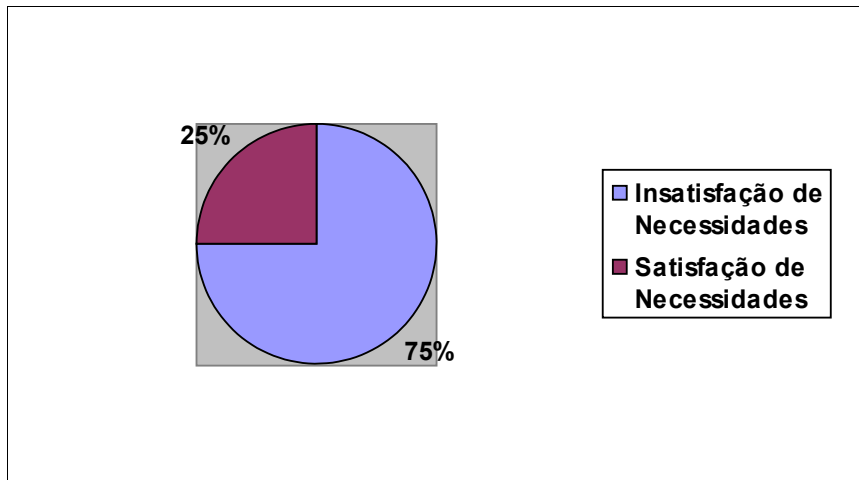
Tabela 7: Formas de subsistência

Formas de Subsistência	Quantidade em Porcentagem	Quantidade Unitária
Dependência Familiar	74%	6 pessoas
Biscates	13%	1 pessoa
Emprego Fixo	13%	1 pessoa

Fonte: Da autora (2008)

Dos seis trabalhadores que alegaram depender de outras pessoas para se manter na baixa temporada turística, três estabelecem tal dependência com os pais, e os outros três com seus companheiros ou cônjuges. A faixa etária dos trabalhadores tem grande influência no resultado do levantamento de dados, pois se observa que, quando jovens (idades entre 16 e 19 anos, no caso da pesquisa) os indivíduos dependem dos pais, e quando mais velhos (idades entre 30 e 42 anos) as pessoas são dependentes de seus companheiros ou cônjuges na luta pela sobrevivência.

A questão de número quatro se referiu à satisfação das necessidades básicas dos funcionários, tendo em vista sua renda anual. Do total de oito trabalhadores, seis responderam que sua renda não contempla suas necessidades, destes, três explicaram as razões da resposta e três não deram explicações. Os outros dois trabalhadores responderam que sua renda dá conta de suprir todas as suas necessidades.

Gráfico 8: Satisfação de necessidades

Fonte: Da autora (2008)

Tabela 8: Satisfação de necessidades

Necessidades	Quantidade em Porcentagem	Quantidade Unitária
Satisfeitas	25%	2 pessoas
Insatisfeitas	75%	6 pessoas

Fonte: Da autora (2008)

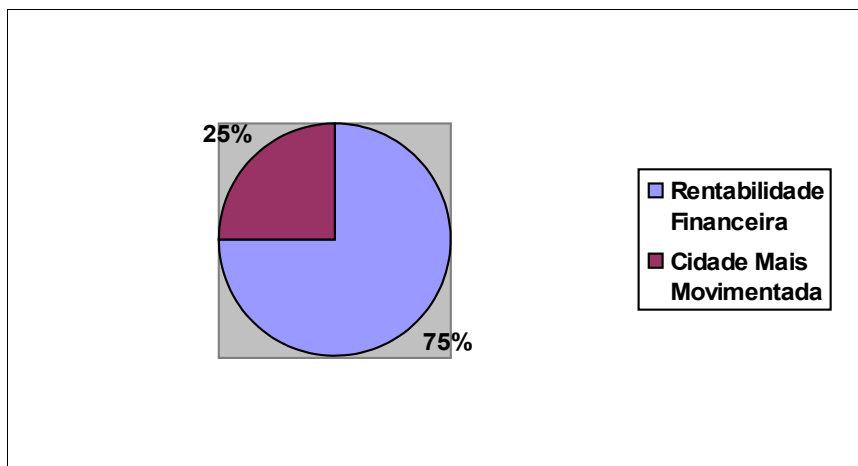
Dentre os três trabalhadores que responderam não e deram explicações, destacamos suas falas abaixo, lembrando que a pergunta era a seguinte: Seus ganhos gerais (do ano inteiro) são suficientes para satisfazer todas as suas necessidades?

- “Não, mas também não reclamo por que levo uma vida bem boa.” (E. S. L., 16 anos).
- “Claro que não. Quanto mais a pessoa ganha mais gastos ela tem e por isso nunca, eu disse nunca é suficiente. Satisfatório até pode ser.” (J. C., 18 anos).
- “Não: dependo às vezes da ajuda de assistente sociais, postos de saúde e (prefeito)” (R. M., 30 anos).

Por último, questionamos a opinião dos funcionários da empresa em relação ao turismo no município de Garopaba, disponibilizando três opções de resposta e, ainda, a alternativa de resposta livre. Seis pessoas declararam que gostam do turismo por que trabalham mais e ganham mais dinheiro, o que corresponde a 75% do total de trabalhadores e duas pessoas, que representam 25% dos trabalhadores, declararam que gostam do turismo por

que a cidade fica mais movimentada. Nenhum dos participantes do levantamento de dados declarou não gostar do turismo.

Gráfico 9: Benefícios do turismo



Fonte: Da autora (2008)

Tabela 9: Benefícios do turismo

Benefícios do Turismo	Quantidade em Porcentagem	Quantidade Unitária
Rentabilidade Financeira	75%	6 pessoas
Cidade Movimentada	25%	2 pessoas

Fonte: Da autora (2008)

Das oito pessoas, três fizeram os comentários que se seguem, além de uma trabalhadora, de 30 anos, que teve suas considerações expostas no item 1.2 desse trabalho.

- *“Eu gosto de ver a cidade movimentada porque isso significa trabalho e renda pra população. Porém, tenho plena consciência de que a cidade ainda não está preparada estruturalmente para receber um grande fluxo de turistas. A cidade tem estrutura para 15 mil pessoas e recebe em torno de 80 mil.”* (J. C., 18 anos)

- *“Por que gera mais dinheiro para a cidade. Gera trabalho para todos.”* (P. S., 20 anos)

- *“Gosto por que ganho mais dinheiro.”* (M. A. P., 45 anos)

A partir do exposto, percebemos o contexto de vida dos trabalhadores perpassado por uma situação de carência em múltiplas esferas da vida, o que lhes exige recorrer a diversas alternativas na busca por sua sobrevivência. À margem do mercado formal de trabalho, essas pessoas acabam na dependência de suas famílias e das políticas sociais disponíveis no

município para poderem sobreviver. Em relação à família, historicamente, esta é uma entidade na qual se busca abrigo e proteção, ambiente altamente influenciável nas escolhas, na personalidade, no destino de cada um de seus membros. E, segundo Lima (2005), umas das características que a família traz intrínseca ao longo de seu desenvolvimento é a ajuda mútua e a solidariedade entre as gerações, essa forma de relação é condição de sobrevivência para os próprios seres humanos, de maneira que sua reprodução somente pode se dar através dos cuidados que dedicam uns aos outros, tarefa geralmente promovida pelo grupo familiar. Daí compreende-se, plenamente, a razão dos resultados do levantamento de dados terem apontado essa esfera como principal fonte de sobrevivência dos trabalhadores temporários pois, não satisfazendo suas necessidades através do trabalho precário, utilizam majoritariamente a família como elemento de suporte na busca pela sobrevivência. Mas não é apenas ela, adiante veremos a importância das políticas sociais no contexto de vida desses sujeitos, tão fragilizados pela realidade social em que vivem, e que a todo instante procuram garantir sua subsistência, sujeitando-se também a ocupações submissas e violentas, impostas pelo mundo do trabalho. As declarações dos trabalhadores que participaram do levantamento de dados indubitavelmente refletem a ampla conjuntura social. À guisa de exemplo pode-se observar os resultados da segunda pergunta do questionário aplicado, que desejava saber a quantidade de pessoas que tinham emprego fixo ou temporário. Dos oito funcionários da empresa, apenas um declarou ter emprego fixo, o que comprova a pouca solidez do mercado de trabalho e das relações trabalhistas, baseadas em grande escala, nos vínculos informais e nas contratações temporárias. Um estudo denominado “Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente”, feito pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), lançado no dia oito de setembro do presente ano, no auditório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em Brasília, revela que, de fato, o trabalho continua desigual no Brasil. Segundo a publicação o mercado de trabalho no país mantém nível significativo de desigualdade, forte decadência de trabalho decente e grau de desemprego e precariedade preocupantes. E, embora se acredite no crescimento da economia como forma primeira de criação de empregos qualificados, o mesmo não é suficiente para promover o desenvolvimento humano através de uma sociedade mais justa. Para isso, de acordo com a publicação, são necessárias também políticas de Estado. A Organização das Nações Unidas – ONU define trabalho decente como uma

atividade produtiva e adequadamente paga, cumprida com condições de liberdade, equidade e segurança, e que assegure uma vida digna a todos os que vivem dela e às suas famílias. Tendo em vista a referida definição podemos afirmar que pouquíssimos são, nos dias de hoje, os trabalhos que podem ser considerados decentes. E de forma alguma, portanto, podemos aplicar o conceito ao trabalho temporário vivenciado pelos trabalhadores do levantamento de dados. O estudo citado também aponta as desigualdades entre homens e mulheres, corroborando, novamente, os resultados de nosso levantamento de dados, que revela a prevalência do sexo feminino nas funções mais desgastantes e pior remuneradas¹⁶. Demonstra a publicação que, apesar de ter havido, entre os anos de 2003 e 2006 um expressivo aumento de empregos entre as mulheres, que também tiveram maior participação na população economicamente ativa (PEA), as disparidades e discriminações com esse público, no mercado de trabalho, são bastante elevadas. Em 2006, por exemplo, a porcentagem de mulheres em idade ativa que estavam empregadas era ainda vinte e quatro pontos inferior a dos homens e os índices de informalidade eram significativamente maiores para as mulheres. E em relação aos ganhos médios das mulheres, estes ainda são 30% menores que os dos homens.

Antunes (2002) relata que vivenciamos, na contemporaneidade, um significativo aumento do trabalho feminino, que atinge cerca de 40% da força de trabalho em diversos países, e que tem sido abarcado pelo capital, em sua maioria por meio da informalidade, do trabalho *part time*, desregulamentado e precarizado. O autor cita o exemplo do Reino Unido, onde o contingente da força de trabalho feminina superou recentemente a masculina, mas ressalta que essa expansão do trabalho feminino tem um significado inverso quando se trata da questão salarial e dos direitos e condições trabalhistas, estabelecendo uma grande contradição no que se refere à participação da mulher no mercado de trabalho.

Antunes (2002) confirma a discriminação entre homens e mulheres no universo do trabalho, a qual é operada, segundo ele, pelo sistema capitalista, de forma a vincular as atividades de concepção, baseadas no capital intensivo, ao trabalho masculino, ao passo que as atividades de menor qualificação e dotadas de trabalho intensivo destinam-se ao trabalho feminino. Percebemos assim, através daquilo que autor expõe e também de acordo com o que verificamos na realidade da empresa pesquisada, bem como dos postos de trabalho como um todo, e os gerados através do turismo no município de Garopaba, que a exploração sobre a

¹⁶ O setor de limpeza, que corresponde a 37% dos setores da empresa pesquisada, conforme pode-se verificar no gráfico 4, é comandado exclusivamente por mulheres. O mesmo acumula as funções que exigem maior esforço físico e pior remuneração.

mão de obra feminina é especialmente intensificada no universo do trabalho.

Há ainda, uma outra questão bastante relevante nesse contexto, que diz respeito às múltiplas funções atribuídas à mulher e que também estão relacionadas com as questões de classe.

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não-diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. (ANTUNES, 2002, p. 108).

E dessa forma, percebemos o quanto são evidentes, no universo do trabalho, as interações entre gênero e classe, de maneira que é possível verificar uma construção histórica dessa relação.

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (Ibid, 2002, p. 109).

Pensamos, portanto, que o processo de ampliação do trabalho feminino no mundo produtivo e a emancipação das mulheres em relação à opressão masculina são tomados como instrumentos na luta da classe dominante pela reafirmação de sua hegemonia. E observa-se, assim, que as desfavoráveis condições de trabalho atualmente oferecidas para a população são ainda mais intensificadas quando esta é feminina. Em relação às formas de sobrevivência das pessoas abordadas através do questionário, a maioria destas, 74%, conforme o gráfico de número 7 demonstra, dependem da família para subsistirem durante quase todo o ano. Um percentual muito pequeno das pessoas declarou que tem emprego fixo ou “faz bicos”, ou seja, biscates. Dessa forma entendemos que a família representa um elemento de extrema importância no contexto de vida desses sujeitos, de maneira, que a dependência se estabelece entre pais e filhos e também entre companheiros ou cônjuges.

Percebemos em alguns relatos o desejo da obtenção de recursos financeiros através do trabalho temporário para a utilização dos mesmos durante o período de baixa temporada turística, que é consideravelmente maior que a alta temporada.

“Não tenho emprego fixo, meus pais que me sustenta, trabalho no verão para comprar coisas para mim usar no inverno.” (E. L. J., 16 anos)

O depoimento do adolescente revela a busca, através do “trabalho de verão”, por elementos que sua família também não consegue prover. É nesse contexto que se encontra uma outra dimensão dessas classes socialmente vulneráveis na luta por sua sobrevivência, as políticas sociais. Um outro elemento facilmente verificado nos relatos dos funcionários da empresa e que é também verificado numa perspectiva mais abrangente da sociedade diz respeito à satisfação das necessidades básicas dos sujeitos. Das oito pessoas que participaram da coleta de dados apenas duas responderam que sua renda é capaz de dar conta de suas necessidades, umas das quais é aquela que possui emprego fixo. A outra pessoa que declarou ter suas necessidades plenamente atendidas, afirmou também, e contraditoriamente, que depende do companheiro para tal, o que, em nosso entendimento, estabelece uma relação direta de dependência com o grupo familiar, pois segundo o que foi declarado, esta pessoa não daria conta de suprir suas necessidades apenas através de seu trabalho.

Entre aqueles que responderam que sua renda geral (do ano inteiro) não são suficientes para satisfazer todas as suas necessidades, percebemos que as respostas, muitas vezes, foram fornecidas explicitando contentamento e conformação com aquela realidade. Um adolescente de 16 anos, por exemplo, relatou que seus ganhos não são suficientes, mas também não reclama, por que leva uma vida “bem boa”. Percebemos que o sentido daquilo que ele denomina “uma vida bem boa”, embora não esteja explícito em sua fala, baseia-se no alcance de elementos mínimos de sobrevivência, como alimentação, vestuário e habitação, por exemplo, independente das condições em que tais elementos se encontrem. Um conceito amplo de direitos sociais e igualitários está em um horizonte distante daquilo que é percebido por esses sujeitos como uma vida digna.

Um outro jovem de 18 anos reafirma, através de sua declaração, um processo que é produzido e reproduzido no âmbito da sociedade capitalista e que se efetiva cotidianamente. Diante da questão que o interroga se seus ganhos são suficientes para satisfazer todas as suas necessidades, obtivemos do jovem a seguinte resposta: *“Claro que não. Quanto mais a pessoa ganha mais gastos ela tem e por isso nunca, eu disse nunca, é suficiente. Satisfatório até pode ser.”*

A questão do consumo torna-se bastante evidente no comentário do jovem, que deixa clara a constante insuficiência de recursos que se tem, independentemente daquilo que se

ganha, pois existe uma permanente necessidade de consumo imposta pelo capitalismo, embora pouco compreendida pela população de um forma geral. No contexto que abordamos aqui, a concepção do garoto relaciona-se fortemente com o turismo e com o trabalho (mesmo temporário) advindo dele, pois é a realidade na qual ele está inserido, e acerca disso Ouriques (2005, p. 127) afirma que,

Em escala mundial, os propagandistas do turismo alardeiam que se trata da maior fonte de empregos do mundo, e a Organização Mundial do Turismo estima que estejam ocupados nas atividades de viagens e turismo aproximadamente 200 milhões de trabalhadores, perfazendo 7% da força de trabalho global.

Mas o autor alerta também para um outro sentido da atividade.

Pensando em outra direção, chamamos atenção para o fato de se tratar de um setor econômico no qual os trabalhadores frequentemente recebem as piores remunerações em seus respectivos países, configurando, além disso, uma estrutura ocupacional precária, à margem das legislações trabalhistas (Ibid, 2005, p. 127).

Tais afirmações corroboram tudo aquilo que já afirmamos até agora e nos faz perceber ainda mais, que as formas precárias de trabalho condicionadas pelo setor turístico no município de Garopaba revelam apenas uma das múltiplas faces que o turismo apresenta na atual conjuntura da sociedade capitalista.

4 TRABALHADORES TEMPORÁRIOS E FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA

4.1 TRABALHO TEMPORÁRIO: FONTE DE SUSTENTO PROVISÓRIO

O período de alta temporada turística é bastante esperado pela população que habita o município de Garopaba. E a expectativa maior está sempre voltada para a rentabilidade financeira que o turismo pode trazer, tanto para os proprietários de estabelecimentos comerciais, quanto para aqueles que desejam obter um emprego. Isto inclusive está bastante claro nos depoimentos de vários trabalhadores que responderam o questionário do levantamento de dados. Assim, todas as pessoas, que de uma forma ou de outra, utilizam-se da atividade como meio de sobrevivência, ou até de enriquecimento, como no caso de alguns empresários, passam a se mobilizar a partir do mês de novembro, no sentido de usufruir daquilo que, para o sistema capitalista, o turismo tem de melhor, o lucro que é capaz de gerar.

Lojas, bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis e pousadas do município começam a ser montados e reformados, e aqueles (poucos) que já existem iniciam o direcionamento de suas atividades para a demanda turística. Nesse momento as “oportunidades de emprego” também começam a ser anunciadas pelos veículos de comunicação. Nosso foco de estudo partiu justamente desse ponto. Ou seja, buscamos trazer informações que esclareçam, pelo menos em parte, a forma como se dá o processo de trabalho temporário no contexto turístico do município de Garopaba, direcionando a abordagem para as formas de sobrevivência dos trabalhadores temporários. Estas eram a razão maior de nossa inquietude, apesar de que já suspeitávamos sobre quais eram, suspeitas posteriormente confirmadas pela coleta de dados que realizamos. Assim, constatamos que aqueles sujeitos dependiam, para sobreviver, do apoio de seus grupos familiares e dos serviços públicos de assistência social disponibilizados pelo município.

Para uma abordagem coerente do trabalho temporário precisamos, ainda que de forma breve, contextualizar o trabalho em um âmbito mais amplo da sociedade e resgatar o sentido do mesmo em nossos dias atuais.

Até o momento, a história da humanidade não foi nada mais do que uma história do trabalho. Nos tempos antigos, este era sinônimo de maldição, de fardo: ... “tu ganharás o pão com o suor do teu rosto...” A seguir, surgiram os reformadores que difundiram a idéia da vocação e da dignidade do trabalho: “Ocupai a terra e semeai-a!” Nascia uma nova moral do trabalho: a moral, protestante, que se fundamenta na

necessidade de trabalhar, na eficiência, no sentido da ordem, do zelo e da disciplina. Este conceito positivo do trabalho acabou criando a dinâmica de nossa sociedade industrial, que se baseia na eficiência produtiva e concede primazia ao racionalismo técnico-econômico. Uma sociedade de produção, aberta à concorrência, animada pelo motor do sucesso e presa ao bem-estar material. (KRIPPENDORF, 1989, p. 138)

Percebemos na experiência prática da vida e também naquilo que acompanhamos através da teoria crítica, o significado fundamental do trabalho no contexto de vida humano. Podemos dizer que ele é causa e consequência dos processos societários atualmente postos, pois determina as relações sociais e é determinado por elas, reproduzindo-as¹⁷. O trabalho é, ainda, uma relação constante do homem com a natureza, de forma que é capaz de mudar o mundo.

Para Marx, o processo de alienação manifesta-se no trabalho e na divisão do trabalho. O trabalho é, para ele, o relacionamento ativo do homem com a natureza, a criação de um mundo novo, incluindo a criação do próprio homem. (A atividade intelectual, está claro, para Marx, sempre é trabalho, como a atividade manual ou a artística) (FROM, 1979, p. 53).

Todavia, o avanço dos tempos e do próprio trabalho, enquanto atividade de produção, deturpou-lhe transformou-lhe em elemento ordinário na vida do homem, embora indispensável à sua existência.

Com a expansão da propriedade privada e da divisão do trabalho, todavia, o trabalho perde sua capacidade de expressão do poder do homem; o trabalho e seus produtos assumem uma existência à parte do homem, de sua vontade e de seu planejamento. “O objeto produzido pelo trabalho, seu produto, agora se opõe a ele como um ser estranho, como uma *força independente* do produtor. O produto do trabalho é trabalho humano incorporado em um objeto e transformado em coisa material; esse produto é uma *objetificação* do trabalho humano.” O trabalho humano é alienado por que trabalhar deixou de fazer parte da natureza do trabalhador e, “consequentemente, ele não se realiza em seu trabalho, mas nega-se a si mesmo, tem uma impressão de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolve livremente suas energias mentais e físicas, mas fica fisicamente exaurido e mentalmente aviltado. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade quando de folga, ao passo que no trabalho se sente constrangido” (Ibid, 1979, p. 53)

E assim, passado de atividade libertadora, que contemplava e materializava a expressão do intelecto humano, para uma atividade mecânica, que reproduz a alienação, o trabalho deixa de ser visto como obra que pertence ao homem e é agora entendido como algo que pertence ao mundo. E o mundo, por sua vez, é de todos, ou de ninguém. Aliás, é daqueles

¹⁷ De acordo com Yazbek (1999) a reprodução das relações sociais pode ser entendida como a reprodução da vida social, como um todo, não apenas no que diz respeito à vida material e aos modos de produção, mas também no que concerne à reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social, através das quais, o homem se posiciona na vida social.

que o dominam, que o controlam e o manipulam, é portanto, do capital. As várias formas de trabalho que conhecemos hoje são, em nosso entendimento, deturpações ainda maiores que essa atividade sofreu e continua sofrendo ao longo da história.

No sentido específico do trabalho temporário, pensado na realidade que temos acesso, ou seja, a realidade turística do município de Garopaba, as atividades temporárias parecem ser entendidas, pela população de uma forma geral, apenas por um lado, ou seja, pelo lado do lucro e da rentabilidade financeira que podem gerar, entretanto, são vivenciadas também em outras dimensões. São enaltecidas como oportunidades de uma renda extra que pode até ser utilizada durante todo o ano como forma de sobrevivência (o que não ocorre), de maneira que se espera com grande expectativa a próxima temporada turística, “rezando” para que os turistas novamente visitem a cidade e consumam o máximo possível, para que “todos” lucrem com isso. Mas passada a temporada e esse momento de euforia, os trabalhadores verificam que os ganhos advindos do trabalho temporário não são suficientes para lhes manter durante todo o ano, e assim, vivenciam esse longo período de baixa temporada com os poucos recursos que conseguiram acumular na temporada de verão, buscando também, é claro, o auxílio da família e dos serviços sócio-assistenciais para sobreviver. Dessa forma, percebem que a renda advinda do trabalho temporário não é suficiente para suprir suas demandas, tampouco durante todo o ano. A expectativa que se observa na organização das pessoas pela busca do trabalho temporário, quando a temporada de verão se aproxima, está baseada nesse desejo de obter recursos para se manter por um período mais longo possível. Mas a frustração posterior à realização do referido trabalho geralmente ocorre quando os trabalhadores passam a se dar conta de que tais recursos são realmente escassos e apenas servirão para satisfazer suas necessidades imediatas, estendendo-se por um período muito curto. Mas ainda assim, todos os anos, as expectativas se voltam para as “oportunidades de trabalho” que surgem com a chegada da temporada turística, pois mesmo escassos, os recursos adquiridos com o trabalho temporário são de grande importância no contexto de vida socialmente vulnerável desses trabalhadores.

É com esses recursos que eles conseguem ter uma condição de vida um pouco mais digna, apesar de passageira, pois tal condição tem a mesma durabilidade dos referidos recursos. E como são escassos, estes duram (muito) pouco. Mas o sentimento de “liberdade” e até “poder” que o capital concede ao homem é absolutamente maior que sua preocupação com o futuro incerto, tendo em vista que seu trabalho é temporário. Dessa forma dá-se o

envolvimento dos trabalhadores com esse tipo de trabalho, independentemente de suas condições e conseqüências, por que é através dele que suas necessidades, ainda que imediatas, são satisfeitas. Além do mais, é o único trabalho que têm e é o meio através do qual podem participar do mundo do consumo. E um consumo de coisas que não teriam acesso se não estivessem inseridos no mercado de trabalho temporário. O mesmo consumo, portanto, que os empobrece é o que lhes liberta, ainda que de maneira alienada.

Acerca do sentimento de liberdade que o dinheiro proporciona a esses sujeitos, podemos constatá-lo também através do levantamento de dados que realizamos. A questão de número cinco, por exemplo, demonstrou que a grande maioria dos trabalhadores (seis, dos oito que participaram) gosta do turismo no município de Garopaba, por que trabalha mais e ganha mais dinheiro e assim é possível “comprar coisas que tanto desejam” conforme um dos trabalhadores relatou.

O fato é que, em meio a uma vida de tantas carências e restrições, as classes menos favorecidas encontram no trabalho temporário uma forma de sobreviver, e quando possível, também uma forma de adquirir alguns bens (duráveis e não-duráveis) e, até, certo conforto material. Essas conquistas, no entanto, correspondem às características do trabalho que executam, ou seja, são inseguras, instáveis e inconstantes. E o são, sobretudo, por estarem vinculadas ao trabalho turístico, que no caso específico de Garopaba é marcado pela sazonalidade. Assim, o caráter temporário dos trabalhos determina a escassez dos salários, que de um modo geral, são efetivamente baixos no setor de turismo. “[...] além de pagar salários inferiores à média nacional, as ocupações turísticas caracterizam-se ainda por estarem nas posições mais baixas da pirâmide salarial brasileira.” (OURIQUES, 2005, p. 130).

Ouriques (2005) informa, ainda, corroborando também outros autores como Rita de Cássia da Conceição Ramos (2002), Lia Tiriba (2002), Edvaldo Moretti (2000) e Maria Aparecida Pontes da Fonseca (2002), sobre uma generalidade que existe no turismo, a qual apresenta especificidades como postos de trabalho sazonais, com vínculos precários, salários baixos, jornadas extensas e incertezas de rendimentos. O setor, como um todo, deve ser entendido, portanto, como uma forma específica de extrair trabalho, isto é, lucro, e não como a “criação de oportunidades”.

4.2 A SEGURANÇA DA FAMÍLIA NO CONTEXTO DE VIDA INSTÁVEL

4.2.1 As mudanças vivenciadas pela família

Pensar sobre a realidade da família em nossa atual sociedade implica, necessariamente, pensar também sobre uma série de mudanças que historicamente ocorreram. Segundo Miotto (2000), a família pode ser tida como um núcleo de pessoas, que convivem em determinado lugar, durante determinado tempo, unidas por laços consangüíneos, ou não, estabelecendo relações de gênero e gerações, dialeticamente articuladas com a estrutura social na qual vive.

Ela pode, ainda, ser entendida como uma comunidade fundamental para a existência humana e para a objetivação do ser, representando um papel imprescindível no atendimento das carências humanas, que se baseiam na necessidade do outro. É também a única comunidade real que protege, defende e oferece refúgio, é a “casa” e o “porto seguro” do indivíduo. É dentro da família que se recebe atenção, respeito e reconhecimento da própria personalidade. Na sociedade contemporânea o termo “casa” não significa apenas o local de moradia, mas é sinônimo de família, de esfera íntima da existência, de um local privado e exclusivo, onde se exprime a própria emoção e se agrega aos outros. É também onde se pode descansar e relaxar em conjunto e até refazer-se das humilhações sofridas no mundo externo (HELLER, 1987). O espaço familiar é, portanto, onde os sentimentos afloram, onde existe apoio e amor. De igual forma é o espaço da sobrevivência, onde se encontra alimentação e abrigo, e assim, onde é possível se manter física e espiritualmente.

Contudo, também segundo a autora anteriormente referida, o nascimento da sociedade civil, desvinculada do Estado, a crescente industrialização, a ascensão do capitalismo, enfim, o avanço dos tempos fez com que a família se modificasse de forma lenta, porém radical. Foi, assim, um desenvolvimento contraditório.

Na atualidade, as famílias perderam algumas de suas mais importantes funções, como a educação, por exemplo. “A partir do momento em que é introduzida a instrução obrigatória pelo Estado, o conhecimento socialmente necessário é transmitido pela escola.” (HELLER, 1987, p. 16) As instituições de saúde também passam a ocupar o papel de assistência aos doentes, que antes era da família, sobretudo da mulher. É preciso dizer, entretanto, que tais instituições apenas funcionam bem nas sociedades desenvolvidas, ou, onde o estado de bem

estar social, de fato, ocorreu, com serviços de segurança social (saúde, educação, etc.). Mas independente disso, ou seja, independente de funcionar ou não um estado de bem estar social, a família mudou. E é nesse contexto que as sociedades empobrecidas, ou pouco desenvolvidas, são prejudicadas.

Com a perda de importantes funções da família e a ausência de um sistema de proteção social, os indivíduos ficam distantes de uma condição digna de vida. E tal realidade leva a família a se unir para vencer na luta pela sobrevivência, mas concomitantemente, estabelece um ambiente precário que a fragiliza e enfraquece.

[...] se por um lado as mudanças atuais são propulsoras de maior liberdade e autonomia dos indivíduos no âmbito familiar, por outro elas tornam mais frágeis as organizações familiares no que se refere ao desenvolvimento das funções de cuidado e proteção, pois a família pode contar menos com a rede familiar (LIMA, 2005, p. 10).

A autora citada comunica também, que na atual conjuntura o retraimento do Estado no que se refere a investimentos sociais é também fator de grande importância no aumento da pobreza, do desemprego e da precarização de serviços de saúde, educação, moradia, entre outros. As famílias socialmente vulneráveis são, no contexto referido, as maiores vítimas da situação, pois se encontram já inseridas nesse sistema desigual e excludente, que ainda conta com os efeitos do neoliberalismo na constante desresponsabilização pela área social, levando à organização de sistemas de proteção social frágeis, que estimulam o apoio da família através da participação no mercado.

Referenciando-se em Miotto (2000; 2002; 2004), Lima continua, afirmando que atualmente existe uma contradição entre um maior reconhecimento e valorização da família por parte do Estado e a operacionalização das políticas para a proteção da mesma. Tais políticas geralmente não contemplam as modificações ocorridas no funcionamento da família, onerando-a em relação às suas funções, que podem não ser contempladas diante de tantas responsabilidades.

Em outras palavras, podemos dizer que a família continua a ocupar, atualmente, um lugar de extrema relevância no contexto de vida dos cidadãos, exercendo atividades que são de obrigação do Estado e servindo como fonte de segurança em todas as situações. E, assim, se percebe que independente das mudanças estruturais, culturais, sociais e outras que a família tenha passado ao longo da história (e ainda hoje, passa), sua importância para a sobrevivência,

integração e felicidade de seus membros é indiscutível, bem como a solidariedade que estes estabelecem entre si.

Os resultados do questionário que realizamos também demonstram claramente essa realidade, apontando, na questão de número três, por exemplo, que seis dos oito trabalhadores têm na família sua principal fonte de sustento, pois dependem dela durante a maior parte do ano, aliás, durante todo o ano, por que no período de trabalho temporário os vínculos de dependência familiar não são rompidos. A questão da idade dos participantes definiu a pessoa com quem a dependência principal se dá. No caso dos mais jovens ela está diretamente ligada aos pais e no caso dos participantes mais velhos ela é estabelecida com os companheiros ou cônjuges.

Minuchin (1992) explica a dinâmica familiar a partir da experiência humana de identidade, que é constituída, segundo ele, por dois elementos: um sentido de pertencimento e um sentido de ser separado. O primeiro é iniciado com a socialização e o comportamento da criança na família e o segundo ocorre por meio da participação dela nos diferentes subsistemas que a família apresenta, e ainda, nos contextos extrafamiliares. Por crescerem juntas, a criança e a família se acomodam uma à outra, contemplam suas necessidades e delimitam sua liberdade. Os subsistemas aos quais o autor se refere são arranjos realizados no interior dos grupos familiares e por eles próprios determinados. Díades entre marido e mulher e pai e filho podem ser subsistemas, que são estabelecidos pela faixa-etária, pelo sexo e por interesses diversos.

O fato de alguns dos participantes do levantamento de dados terem se referido a seus companheiros e filhos quando apontaram a família como uma de suas formas de sobrevivência, indica que os grupos familiares aos quais pertencem apresentam subsistemas determinados pelo interesse da subsistência, por exemplo. Faz-se necessário salientar, no entanto, que outras razões também podem ser determinantes nesse processo, como a igualdade de gerações e os sentimentos afetivos.

Um outro elemento colocado por Minuchin (1992) e que muito tem a ver com os indivíduos abordados na coleta das informações é referente àquilo que o autor chama de “contato estressante de um membro com forças extrafamiliares”.

Uma das principais funções da família é a de apoiar os seus membros. Quando um membro sofre estresse, os outros membros da família sentem a necessidade de se acomodar às circunstâncias modificadas dele. Esta acomodação pode ficar contida dentro de um subsistema ou pode penetrar toda a família (MINUCHIN, 1992, p. 65).

No contexto de vida instável desses sujeitos, decorrente, sobretudo, do trabalho inseguro, pouco qualificado e mal remunerado, diversos são os fatores que contribuem para diferentes tipos de tensão. Conforme colocaremos no item posterior, tais indivíduos apresentam uma situação de vida bastante fragilizada, que se expressa também através de sua recorrência aos serviços sócio-assistenciais, e, por meio destes, demonstram o quanto os problemas de um ou outro são os problemas de todos. Daí a importância da atenção integral à família no planejamento, elaboração e implementação das políticas sociais.

Ainda sobre as mudanças familiares, é preciso dizer, no entanto, que elas têm sentidos distintos para os diversos segmentos sociais, pois o acesso a recursos é desigual numa sociedade marcada pela diferenciação de classes. E assim, cada família, de acordo com suas possibilidades, constrói a sua história. O mercado de trabalho abriu-se para a mão de obra feminina, mas as mulheres da classe média não vivenciam essa mudança da mesma forma que as mulheres das classes populares. Estas trabalham geralmente de maneira precária, com baixos salários e pouca garantia, tal qual as mulheres que abordamos no levantamento de dados, que executam tarefas voltadas ao setor de limpeza, função que exige extremo esforço físico e é mal remunerada. Diferentemente da mulher de classe média, que, na maioria das vezes, ocupa cargos de elevado nível salarial e com boas condições de trabalho.

Um outro referencial a ser considerado quando se analisa as alternativas de sobrevivência de indivíduos, no contexto familiar, é a extensão das relações que estes estabelecem com a família. Assim, entendida apenas no núcleo pais e filhos, esta representa um grupo, que, muitas vezes, não dá conta de suprir todas as necessidades de seus membros, o que a leva a acessar também os familiares menos próximos, ou, que não fazem parte do seu núcleo principal.

As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família (SARTI, 2005, p. 28).

Papéis historicamente definidos, que relacionam o homem com o sustento da família e a mulher com os cuidados domésticos¹⁸, já não se confirmam facilmente, pois são condicionados pelas transformações que a sociedade nos dias de hoje apresenta, as quais,

¹⁸ Em consonância com a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa, o homem é considerado o chefe da família e a mulher, a chefe da casa. O homem corporifica a idéia de autoridade, como mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. À mulher cabe outra importante dimensão da autoridade: manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar (SARTI, 2005, p. 28).

como já colocamos, trazem implícita uma série de fatores impostos pelos determinantes do modo de produção capitalista. Em nossa abordagem, percebemos que a exploração da qual são vítimas os trabalhadores temporários pode ser vista como uma das principais razões para a heterogeneidade dos papéis que cada sujeito desempenha na família. Por que, conforme verificamos na coleta de dados, atualmente, os jovens, tanto quanto as mulheres, participam ativamente do mercado de trabalho, ainda que em condições adversas e precárias. Sobretudo por que, na sua realidade de vida, é insuficiente que apenas um membro da família busque satisfazer todas as necessidades do grupo. Estas precisam de um empenho conjunto para serem minimamente atendidas.

4.2.2 O papel permanente da proteção familiar

É preciso que falemos também acerca de um certo consenso que existe quando se trata das mudanças contemporâneas que a família apresenta. Elas são amplamente conhecidas porém, na prática da vida cotidiana continua-se esperando da família, que ela cumpra com as todas as funções que lhes foram historicamente atribuídas.

[...] o consenso existente sobre as transformações da família tem se concentrado apenas nos aspectos referentes à sua estrutura e composição. O mesmo parece não acontecer quando se trata das funções familiares. Apesar das mudanças na estrutura, a expectativa social relacionada às suas tarefas e obrigações continua preservada. Ou seja, espera-se um mesmo padrão de funcionalidade, independentemente do lugar em que estão localizadas na linha da estratificação social, calcada em postulações culturais tradicionais referentes aos papéis paterno e, principalmente, materno (MIOTO, 2006, p. 53).

Muitas vezes não se leva em conta a conjuntura social na qual a família está inserida e se culpabiliza a mesma por não atender às necessidades de seus membros. O processo social que vivenciamos, mais especificamente a questão social¹⁹ define, em muitos aspectos, as experiências que cada indivíduo e cada família vivencia ao longo da vida. E, dessa forma, é preciso que se entenda a dinâmica e a realidade apresentada individual e coletivamente pelos grupos familiares.

Um estudo desenvolvido por Cervený e Berthoud (1997) demonstra, de forma sistemática, o que as autoras denominam “Ciclo Vital da Família”. Segundo elas, as famílias,

¹⁹ A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (IAMAMOTO, 2004, p. 17).

de um modo geral, perpassam ao longo de sua existência fases já estabelecidas no percurso natural da vida. Dividem, assim, em quatro etapas o desenvolvimento familiar, que são as seguintes: fase de aquisição, fase adolescente, fase madura e fase última.

A fase de aquisição é considerada a primeira fase do Ciclo Vital da Família e se caracteriza pela escolha do parceiro, a formação de um novo casal, a chegada do primeiro filho e a vida com os filhos ainda pequenos. A tarefa de adquirir é predominante nessa fase, seja no sentido material, emocional ou psicológico. Busca-se, então, nesse momento, conquistar e compartilhar muitas coisas, entre elas bens materiais, educação, sentimentos, valores culturais, etc. A fase adolescente, por sua vez, é considerada uma fase de mudanças, de desenvolvimento complexo dos membros da família, na qual ocorrem mudanças significativas de relações entre pais, filhos e irmãos. Os desafios experimentados pela família se tornam maiores nessa fase. Novas idéias, valores e atitudes são trazidas, pelos adolescentes, para o interior do grupo familiar, onde podem ser bem aceitas ou não, dependendo do grau de rigidez da família.

A fase seguinte é a denominada fase madura, na qual a dependência dos filhos em relação à família já praticamente não existe mais, pois eles se encontram na fase adulta de suas vidas, a qual se caracteriza por uma considerável maturidade e independência. Mas é também, este, um momento em que a família exige proteção, tanto dos pais com os filhos como dos filhos com os pais. Por que é um período de cuidados recíprocos, tendo em vista, que a saída dos filhos de casa é tida como um exercício difícil, porém que precisa ser realizado. Posteriormente, tem-se a derradeira fase do Ciclo Vital, que se denomina fase última. As relações familiares serão marcadas, nesse período, pela reestruturação de papéis e a inserção de novos membros no âmbito familiar, como os netos. A convivência com estes resgata o modelo de criação dos filhos, no entanto, com menos responsabilidades e mais afeto. Assim, convive-se com o crescimento e a vitalidade de alguns membros da família e também com o real amadurecimento de outros. A perda de amigos e familiares passa a estar mais presente e a velhice é encarada como etapa final da vida.

A partir do exposto, observamos que embora contemple em vários aspectos a dinâmica familiar, as diferenças de classe social se fazem ausentes das colocações das autoras, pois explicitam somente o perfil de famílias da classe média, sem levar em conta o expressivo número de famílias em situação de vulnerabilidade social existentes. As quais têm especificidades distintas daquelas que o Ciclo Vital apresenta. O não atendimento das

necessidades básicas²⁰ dessas famílias faz com que seu desenvolvimento humano seja parcial e, conseqüentemente, o ciclo “natural” da vida acaba muitas vezes interrompido, ou mesmo prejudicado em função de lhes faltar elementos indispensáveis à sobrevivência.

Na primeira fase, por exemplo, que é tida como fase de aquisição, os sujeitos advindos das classes populares passam por experiências bastante distintas daqueles que vivem em classes socialmente favorecidas, simplesmente pelo fato de que a aquisição de bens e até de valores educacionais lhes é impossibilitada pelo perverso sistema econômico que presenciamos atualmente, do qual fazemos parte e o qual reproduzimos. Assim, o Ciclo Vital da Família não pode ser plenamente aplicado a todos os grupos familiares, principalmente quando se analisa a realidade de famílias fragilizadas por sua condição social, que representam aquelas das quais fazem parte indivíduos como os que participaram do levantamento de dados, dando seu depoimento específico, contextualizado pelo turismo e baseado na insegurança e precariedade do trabalho temporário.

Da mesma forma, a fase adolescente é vivenciada com diferenças profundas por uma e outra classe. O contato permanente dos membros da família com elementos externos, como amigos, escola, experiências de trabalho e a vida social como um todo, representam fatores altamente influenciáveis na formação dos indivíduos enquanto pessoas que fazem parte desta ou daquela classe social. De maneira que o contexto de vida precária representa reais possibilidades de inserção na marginalidade, por exemplo, como alternativa de subsistência.

As fases posteriores, fase madura e fase última, também são vividas pelos sujeitos de acordo com a classe social a qual pertencem. A saída dos filhos da casa dos pais, por exemplo, não ocorre da mesma forma em ambas as classes, tampouco a independência deles. Observamos que é comum, nas classes populares, os filhos constituírem novas famílias e permanecerem morando com os pais, estabelecendo grupos familiares cada vez mais numerosos. Ou, ainda, que continuem morando nos arredores do seu lar de origem, formando grandes aglomerados de domicílios. Tal situação é, por vezes, ocasionada em razão das poucas condições de sobrevivência e manutenção da vida sem o apoio familiar. Ao passo que no âmbito de famílias de classe média tais características não são constatadas, ao menos não com a mesma freqüência que nas classes populares.

²⁰ Pereira (2000) fornece importantes contribuições acerca da discussão sobre necessidades básicas. A autora relata que estas são objetivas e universais, e o são por que suas características independem de preferências individuais, e, têm as mesmas conseqüências, em caso de não-satisfação, para qualquer indivíduo, em qualquer cultura, respectivamente. Citando Doyal e Gough, Potyara relata que só existem dois conjuntos de necessidades básicas que devem ser concomitantemente satisfeitos, a saúde física e a autonomia, incluindo, é claro, todos os elementos que estes implicam.

Assim, não é possível aplicar a Teoria do Ciclo Vital a todas as famílias, por que cada uma, de acordo com sua realidade, passará ao longo da vida por experiências distintas.

As informações que obtivemos, através da aplicação do questionário com os trabalhadores, atestam, empiricamente, o grau de importância da família no seu contexto de vida. Sem desconsiderar o envolvimento afetivo, percebemos que a dependência econômica é um dos vínculos mais significativos entre os elementos que se estabelecem na relação com os familiares, inclusive, por que é aquele que provê a subsistência. E, dessa forma, entendemos que independente das mudanças que a família sofreu, ela continua desempenhando papéis extremamente relevantes no processo de desenvolvimento humano.

Referenciando-se em Miotto (1997), Lima (2006) afirma que, com características próprias de cada formação familiar, um aspecto que está intrinsecamente ligado à família é o lugar privilegiado de preservação da vida, pois é na família que se constitui um ambiente propício ao nascimento dos filhos, que precisam ser cuidados, protegidos e educados, de modo que possam crescer e se desenvolver. A socialização e o desenvolvimento das personalidades humanas também são processados na família, que nos ensina a ser e a conviver, nos ensina a ser gente.

Por fim, apreendemos que apesar de existirem diversos arranjos familiares, diferentes conjunturas sociais e inúmeras peculiaridades em cada família, ela é entendida como o apoio maior e mais significativo que seus membros possuem, pois fornece a estrutura material e espiritual das quais estes necessitam para sobreviver. Mas, indubitavelmente, é preciso que consideremos, nessa análise, as desigualdades sociais estabelecidas em toda a extensão da sociedade, que são materializadas na divisão de classes e explícitas nas condições de vida de cada indivíduo e sua família.

4.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS COMO ALTERNATIVA DE SUBSISTÊNCIA

4.3.1 As ações da assistência social no município de Garopaba

Após nossa experiência de trabalho temporário e o breve conhecimento que adquirimos sobre a vida dos trabalhadores, a partir do levantamento de dados e da convivência diária com os mesmos, durante o período de dois meses (janeiro e fevereiro),

tivemos a oportunidade de estagiar, por um ano, na Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Nesse espaço reencontramos a maioria dos trabalhadores temporários que haviam sido nossos colegas de trabalho, passando, novamente, a conviver com eles. Tal situação nos confirmou a precariedade das condições de vida dos mesmos, que após se utilizarem de um emprego frágil e absolutamente instável, proveniente da atividade turística, recorrem, na luta pela sobrevivência, aos serviços sócio-assistenciais disponíveis no município, pois os recursos adquiridos através do trabalho temporário são irrisórios tendo em vista as necessidades humanas. E, assim, por meio deles, mal conseguem prover suas demandas imediatas.

Como já relatado anteriormente, a rede de apoio desses sujeitos se estende também, e significativamente, à família, que, junto ao trabalho temporário e aos serviços de assistência social, compreendem o conjunto de elementos que dão conta da subsistência desses indivíduos.

Entendida como uma das alternativas dos trabalhadores na busca por sua sobrevivência, a Secretaria de Desenvolvimento Social apresenta uma freqüente demanda, pois representa um espaço onde, através dos programas, projetos, serviços e benefícios, é possível ter acesso a uma parte muito importante dos elementos que utilizam para sobreviver. Cabe destacar, então, algumas das características principais da referida Secretaria, bem como, as ações que esta desenvolve no âmbito da assistência social no município de Garopaba.

Criada pela Lei Municipal nº 1.120, em 21 de fevereiro de 2007, a Secretaria de Desenvolvimento Social é instituída com o objetivo de desvincular a política da assistência social da política da saúde, que até então eram geridas, de forma conjunta, pela extinta Secretaria de Saúde e Ação Social. Ela é uma instituição de natureza pública que visa atender os usuários da assistência social, sendo eles: crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade social. As políticas de habitação, saúde e educação são parceiras da Secretaria de Desenvolvimento Social na busca pela garantia dos direitos sociais da população do município. Várias são as ações sociais que esta executa e coordena, vejamos²¹:

²¹ As informações sobre os programas, projetos, serviços e benefícios disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Social foram obtidas através do Plano Municipal Plurianual de Assistência Social, que terá vigência entre os anos de 2006 a 2009.

***Assessoria Técnica aos Conselhos Deliberativos (Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA):** tal assessoria tem por finalidade orientar os Conselhos deliberativos quanto à organização documental, cadastro de representações e registro de entidades, além de organizar e estruturar os Conselhos.

*** Projeto de Inclusão Digital:** objetiva proporcionar às crianças e aos adolescentes das famílias em situação de vulnerabilidade social o exercício da cidadania através do conhecimento de tecnologias de informação e comunicação, utilizando-a como ferramenta na preparação para o mercado de trabalho e outras atividades pedagógicas e do cotidiano. O Projeto proporciona a 128 (cento e vinte oito) crianças (7 a 11 anos) e adolescentes (12 a 15 anos) das famílias incluídas em programas sociais do Governo Federal, a cada ano, o conhecimentos de tecnologias ligadas à informática, através da realização de oficinas.

*** Benefícios Eventuais:** proporciona atendimento às famílias nas situações de natalidade, funeral e vulnerabilidade social, cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/2 salário mínimo em cumprimento ao decreto nº 031 de 31/03/2008, que trata sobre os benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social de que trata o Art. 22 da Lei federal nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993.

*** Benefício de Prestação Continuada – BPC:** tem a função de efetuar encaminhamento ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, visando garantir 01 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família (Art. 20 da Lei Orgânica de Assistência Social).

*** Cadastro Único:** é um sistema cadastral que pesquisa e alimenta os dados do Cadastro Único para identificação das famílias em situação de pobreza de todo o município, ou seja, que tenham renda mensal, *per capita*, igual ou inferior a R\$ 120,00. Objetiva nortear a implantação de políticas públicas voltadas para as famílias de baixa renda, proporcionar, através do banco de dados, o diagnóstico sócio-econômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades, utilizar o cadastro único para identificar os potenciais dos beneficiários dos programas Bolsa Família, Agente Jovem, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, desconto de tarifa de energia elétrica e outros, evitar a sobreposição de programas para uma mesma família.

* **Programa Bolsa Família:** é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza, com o objetivo de combater a fome e a miséria dessas famílias. Busca também promover a emancipação das mesmas e associar a transferência do benefício financeiro ao acesso aos direitos sociais básicos (saúde, alimentação, educação e assistência social).

* **Centro de Múltiplo Uso:** é um equipamento social que desenvolve ações sociais e comunitárias em várias modalidades de atendimento, oferecendo um espaço adequado para a realização de ações sociais e comunitárias para grupos e entidades sociais do município.

* **Prestação de Serviço a Comunidade – PSC:** visa atender todos os adolescentes autores de ato infracional encaminhados pela promotoria pública, executando um programa de prestação de serviços, promovendo o processo de reeducação e ressocialização do adolescente autor de ato infracional, através do controle e acompanhamento direto do serviço realizado na comunidade.

* **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI:** objetiva possibilitar a participação em atividades desenvolvidas na jornada ampliada (atividades físicas, esportivas, arte-terapia e reforço escolar), retirar crianças e adolescentes, de 07 a 14 anos, do trabalho considerado perigoso, insalubre ou degradante, ou seja aquele trabalho que coloca em risco a saúde e segurança das crianças e adolescentes e possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola. A família incluída no PETI recebe uma bolsa mensal por cada filho em idades entre 07 e 14 anos, que for retirado do trabalho.

* **Plantão Social:** busca prestar atendimento emergencial às famílias vulnerabilizadas socialmente, atendendo de forma emergencial as demandas sociais, visando incluí-las posteriormente em programas sociais ou a outros órgãos, de modo a levá-las à auto-sustentação e autonomia.

* **Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar - POASF:** visa prestar apoio e acompanhamento às famílias encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Juizados e outros órgãos, assegurar às famílias incluídas no Programa o recebimento de suplementação alimentar, bem como participação efetiva no trabalho de grupo, criar um espaço de reflexão com o desenvolvimento do trabalho sócio-educativo junto às famílias, visando buscar alternativas de superação das situações de riscos vivenciadas, repassar informações através de relatórios e pareceres técnicos, aos órgãos competentes, articular um trabalho integrado de assistentes

sociais, psicólogos, pedagogos, advogados, médicos, enfermeiras, entidades assistenciais e voluntários.

* **Serviço de Mediação Familiar:** tem por objetivo contribuir para a resolução de conflitos intrafamiliares, visando uma reorganização da vida pessoal e familiar através do estabelecimento de uma nova forma de comunicação funcional e conseqüentemente de um acordo final entre as partes.

Ao acessar esse conjunto de ações, os trabalhadores, mais do que garantindo sua sobrevivência, estão exercendo seus direitos. O amparo legal da política de assistência social²², enquanto dever do Estado, é um instrumento que deve ser usado para prover, efetivamente, o atendimento das necessidades humanas, e, portanto, os trabalhadores têm plena autonomia no usufruto desse direito.

4.3.2 A assistência social no âmbito de vida dos trabalhadores

Através da Constituição Federal de 1988, a assistência social brasileira é vista a partir de uma nova concepção. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social passa a percorrer um novo caminho: o dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. Configurando o tripé da Seguridade, ela é organizada juntamente com a saúde e a previdência social, articulando-se com outras políticas do campo social, as quais estão voltadas para a garantia de direitos e condições dignas de vida.

O artigo 4º da LOAS dispõe sobre os princípios através dos quais a assistência social é regida, são eles:

- I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas
- III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder público e dos critérios para sua concessão. (Lei nº 8742 de 1993)

²² A lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Tendo em vista o exposto, ocorre-nos de imediato, uma breve comparação entre aquilo que a legislação prevê e o que, de fato, é verificado na vida prática. Diante da realidade que presenciamos no campo de estágio percebemos claramente que as políticas sociais não contemplam como deveriam as reais necessidades dos sujeitos que as utilizam. Materializadas nos programas, projetos, serviços e benefícios, anteriormente destacados, elas subsidiam fragilmente as demandas da classe trabalhadora, atendendo apenas suas carências imediatas.

Pereira (2000), assim como outros autores, aborda a questão das necessidades humanas relacionando-as com um conjunto de elementos que vão além da condição natural do ser humano, ou seja, tais necessidades ultrapassam a razão biológica e residem no contexto de vida dos indivíduos, o qual é socialmente determinado:

Ao encararem as necessidades como um conjunto, vários estudiosos, dentre os quais Marx, seguido por Heller, extrapolam o conceito de necessidade naturais, lembrando que nem mesmo as necessidades de sobrevivência humana podem ser vistas como idênticas às animais. E isso não só porque o homem não come carne crua e sem condimentos, mas porque, para sobreviver, ele precisa de algo mais: abrigo, vestuário, instrumentos de caça e pesca etc., que têm um conteúdo humano e um caráter social (PEREIRA, 2000, p. 58).

A forma como as políticas sociais²³ são pensadas e executadas em nossa sociedade demonstram que, nesse processo, as necessidades humanas são desconsideradas, ou, apenas consideradas em parte, pois o que se verifica são ações desarticuladas, ineficazes e excludentes, que estimulam a dependência e reproduzem a desigualdade social. Em hipótese alguma podemos afirmar que as políticas sociais que temos hoje contemplam as necessidades dos sujeitos. Ao contrário, se pode dizer, até, que elas contribuem para a criação de novas necessidades, pois fortalecem uma identidade estigmatizada socialmente, que imprime nesses cidadãos o perfil de desfavorecidos, necessitados, pobres.

Programas sociais como o Bolsa Família utilizam, discriminadamente, termos como “pobre” e “extremamente pobre”, concedendo, às famílias assim consideradas, menores e maiores benefícios, respectivamente, explicitando o grau de precariedade na qual vivem. A transferência de renda executada pelo referido Programa está condicionada a critérios de inclusão como a renda mensal máxima de R\$ 120,00 *per capita* dos grupos familiares. Isso

²³ De acordo com Vieira (2004) a política social surge, no capitalismo, com as mobilizações operárias ocorridas ao longo das primeiras revoluções industriais. É compreendida como uma estratégia do governo na intervenção das relações sociais, as quais são determinadas no mundo da produção.

implica, entre outras coisas, na permanência da família na situação de pobreza para ter acesso aos seus benefícios, que, por sua vez, são extremamente baixos²⁴.

Outrossim, o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar – POASF, também coordenado, em nível municipal, pela Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Garopaba, exige a presença de crianças com idades entre 0 (zero) e 06 (seis) anos no grupo familiar para conceder o benefício da cesta básica. Exceto este, na cidade inexistem programas ou projetos da assistência social voltados para a satisfação dessa necessidade primária que é a alimentação. O que nos leva a subentender que pessoas (sejam adultos ou crianças) em idades superior a seis anos, que não tenham uma fonte de renda, dependem, diretamente e exclusivamente, da solidariedade alheia para se alimentar e, de alguma forma, sobreviver.

Citamos o PBF e o POASF por que foram os dois programas nos quais identificamos, como usuários, os mesmos trabalhadores que abordamos no levantamento de dados, e que se utilizam do trabalho temporário como alternativa de subsistência. Apesar da fragilidade desses programas, devemos admitir sua considerável importância no contexto de vida daqueles indivíduos, que convivem permanentemente com diversas privações e com suas necessidades humanas, quase sempre, insatisfeitas. Embora, nas respostas ao questionário, apenas uma pessoa tenha declarado que utiliza os serviços da assistência social como forma de garantir parte de seu sustento, nossa atuação na instituição campo de estágio revelou que um número bem mais expressivo²⁵ daqueles trabalhadores fazem uso dos referidos serviços como alternativa de sobrevivência. Muitos devem ser os fatores que estão por trás da não-afirmação da assistência social, por parte dos trabalhadores, como um elemento que contribui para manter a sua vida em condições mínimas. A naturalização da dependência que estabelecem com a mesma, ou até o distanciamento desses sujeitos em relação ao verdadeiro significado dela podem explicar esse fato. Segundo Pereira (2001, p. 217):

[...] a assistência social quase nunca é vista pelo que ela é – como fenômeno social dotado de propriedades essenciais, nexos internos, determinações histórico-estruturais, relações de causa e efeito, vínculos orgânicos com outros fenômenos e processos –, mas pelo que aparenta ser, pela sua imagem distorcida pelo senso comum ou, o que é pior, pelo mau uso político que fazem dela, por falta de referências conceituais, teóricas e normativas consistentes.

²⁴ No endereço eletrônico www.mds.gov.br/bolsafamilia é possível encontrar todas as informações referentes ao Programa Bolsa Família.

²⁵ Durante o período de estágio na Secretaria de Desenvolvimento Social encontramos seis dos oito trabalhadores que participaram do levantamento de dados realizado em fevereiro. Observamos, portanto, que além do trabalho temporário, eles se utilizam dos serviços sócio-assistenciais como forma de sobrevivência.

O pouco reconhecimento da assistência social na conjuntura de vida dos trabalhadores pode, portanto, estar atrelado à condição inexpressiva da referida política entre as prioridades do Estado. E, dessa forma, ela é considerada, muitas vezes, como sinônimo de estigmas e humilhações para os que dela necessitam. Observamos assim, uma grande desvalorização da referida política, mesmo após os avanços da legislação que a concebe como um direito.

4.3.3 O Serviço Social e a relevância do trabalho do assistente social

As políticas sociais no Brasil tiveram uma trajetória, em grande parte, influenciada pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas em nível internacional, o que fez surgir uma experiência nacional que pode ser denominada como “um sistema de bem estar periférico”. Assim, já nascido através desses determinantes, tal sistema expressou, desde sempre, as limitações provenientes dessa conjuntura (PEREIRA, 2000).

A partir disso, compreendemos a ineficiência de tantos programas e projetos da área social, que, historicamente, ocupa um *locus* inferior em relação às outras políticas nas prioridades governamentais, sobretudo em relação à política econômica.

Tem-se assistido na evolução do capitalismo ao predomínio da política econômica sobre a política social. A prioridade ficará toda com a política econômica e o restante, principalmente no Brasil, torna-se resto mesmo (VIEIRA, 2004, p. 144).

Nesse contexto, o Serviço Social, enquanto profissão, inevitavelmente, é tomado pelas mesmas características que permeiam a sociedade, e dessa forma, já surge vinculado a padrões pré-estabelecidos pelos grupos dominantes nos primeiros anos da década de 1930. Referenciado pelo Serviço Social europeu e tendo como base vários setores da burguesia e da Igreja Católica, ele será caracterizado também pelo complexo quadro histórico-conjuntural que apresentava o país naquele momento²⁶.

Segundo Martinelli (2000) a longa caminhada do Serviço Social brasileiro esteve marcada, desde sempre, pela forte representação da aliança com a burguesia. Por trás da concepção de política, o que se tinha, portanto, era um projeto conservador, burguês e estratégico, que produziria a visão de mundo do capital.

²⁶ A acumulação capitalista deixava de se fazer através das atividades agrárias e de exportação, centrando-se no amadurecimento do mercado de trabalho, na consolidação do pólo industrial e na vinculação da economia ao mercado mundial. (Martinelli, 2000, p. 122)

[...] a identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital (MARTINELLI, 2000, p. 124).

Contudo, a inegável vinculação histórica com o poder hegemônico é, de certa forma, superada pela vinculação da categoria dos assistentes sociais com a classe trabalhadora e com os movimentos sociais, fato que permite ao Serviço Social dar os primeiros passos rumo a uma prática profissional crítica e conscientemente política, que enxerga na luta social uma possível transformação da sociedade.

Ao analisarmos, mais uma vez, as respostas dos trabalhadores temporários que participaram do levantamento de dados realizado no período de temporada turística no município de Garopaba, verificamos o entendimento dos mesmos em relação ao significado, ou a importância do turismo em seu contexto de vida. 75% deles responderam que gostam do turismo por que trabalham mais e ganham mais dinheiro. Percebemos, através disso, o quanto a questão financeira é relevante para esses sujeitos. Mas não pelo lucro, como certamente deve ser para o capitalista que usufrui do turismo, e sim por uma questão de sobrevivência que se faz necessária a todo instante. As decorrências desse processo precário de trabalho não são apreendidas conscientemente por esses indivíduos, mas são vivenciadas por eles, seja através da dependência familiar, que é explicitamente afirmada e reafirmada, seja pela busca de programas e projetos da assistência social.

Concluimos, então, que a contribuição maior que o assistente social pode fornecer à classe trabalhadora está na sua relação direta com a mesma, através dos atendimentos individuais, grupais ou coletivos. Estabelecer uma condição de igualdade entre profissional e usuário e subsidiar suas diferentes ações no referencial teórico-crítico que sua formação lhe concede, privilegiando a função educativa do seu saber profissional, são iniciativas e posturas fundamentais para potencializar a sua prática.

A participação como elemento estratégico na luta pela hegemonia representa também o eixo central da constituição de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas, que se traduz, principalmente, em dois processos complementares: a politização das relações sociais e a intervenção crítica e consciente na sociedade, processos que constituem a referência material das relações pedagógicas na perspectiva da formação de uma nova superior cultura (ABREU, 2004, p. 55).

Entendemos que a consciência coletiva acerca dos processos societários ocorridos no âmbito da realidade social, atualmente, seja o instrumento maior na batalha por uma desejável

postura crítica da sociedade diante de situações que estão postas e que favorecem a uma minoria, mas que podem ser transformadas em favor do bem comum.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado teve por objetivo demonstrar as formas de sobrevivência de trabalhadores temporários de uma empresa no contexto turístico do município de Garopaba. Para tanto, utilizamos os resultados obtidos com a aplicação de um questionário e também a experiência de estágio vivenciada na Secretaria de Desenvolvimento Social da referida cidade.

Entendemos que nossa inserção na empresa onde se deu o levantamento de dados, nas mesmas condições de trabalho que o grupo abordado, possibilitou uma apreensão bastante coerente da sua realidade social, a qual se confirmou, ainda mais, nas experiências vivenciadas no período de estágio, por meio do reencontro com os mesmos sujeitos nos atendimentos dos programas sociais da Secretaria de Desenvolvimento Social.

A aplicação do questionário como forma de obtenção de dados nos rendeu informações e depoimentos que, mais do que subsidiar, enriqueceram significativamente nossa análise sobre as alternativas de subsistência daqueles trabalhadores, pois pudemos constatar, além do objetivo principal do levantamento de dados, que era o conhecimento sobre suas formas de sobrevivência, outros elementos que estão presentes na vida daqueles indivíduos, a ausência de uma consciência crítica e coletiva, por exemplo, que se explicitou através de seus relatos. Percebemos, em muitos deles, uma postura imediatista e uma ideologia utópica na concepção que têm de sua condição como trabalhador e do contexto social no qual estão inseridos. As expectativas que demonstram em relação ao trabalho temporário e sua opinião acerca do processo turístico no município de Garopaba revelam claramente esse fato. Consideramos, no entanto, que a conjuntura social mais ampla, determinada pelo modo de produção capitalista, é o fator principal que condiciona a maneira como tais indivíduos concebem, material e espiritualmente, sua vida.

Em meio a condições precárias de sobrevivência, os sujeitos encontram nos postos de trabalho temporário, decorrentes do turismo sazonal, uma forma breve de manter o seu sustento. E, mesmo com essa característica da brevidade, as expectativas dos trabalhadores acerca das “oportunidades de emprego” trazidas pelo turismo se justificam, pois é preciso considerar, que durante a baixa temporada turística tais trabalhadores não podem contar com os recursos, mesmo escassos e passageiros, provenientes do trabalho temporário. E, dessa

forma, utilizam outros meios para sobreviver, os quais identificamos no apoio familiar e nos serviços da assistência social no município de Garopaba.

Percebemos, portanto, que as estratégias utilizadas por eles, na busca pela subsistência, perpassam vários aspectos, e ainda assim, não são suficientes para contemplar todas as suas demandas, conforme eles próprios relataram no levantamento de dados. A dependência que estabelecem com a família envolve também as poucas condições dignas de vida que esta apresenta, fornecendo a seus membros apenas os elementos mínimos de sobrevivência. Outrossim, os programas e projetos da assistência social expressam deficiências que advêm do seu pouco reconhecimento enquanto instrumentos capazes de contribuir verdadeiramente para a melhoria da qualidade de vida da população, o que está atrelado aos determinantes do capital, que ignoram a importância da política de assistência social no contexto de vida das classes populares.

Através desse trabalho tivemos também o objetivo de esclarecer o aspecto negativo do turismo, embora este seja entendido, na maioria das vezes, como uma atividade benéfica, pois é lucrativa, o que por si só, já nos demonstra seu lado perverso. Mas almejamos fazer entender que as tantas oportunidades de emprego decorrentes da referida atividade, e anunciadas veementemente pelos empresários do setor e também pelo poder público em todas as esferas de governo, devem ser entendidas a partir de suas especificidades temporárias, precárias e até sub-humanas, não propiciando, em hipótese alguma, a melhoria real das condições de vida do trabalhador, mas sim, apenas amenizando provisoriamente suas carências.

Pensamos a partir do exposto, que um olhar mais amplo e realista possa ser direcionado à questão turística no município, pois é preciso levar-se em conta a amplitude das demandas dos cidadãos. O direito ao trabalho não se restringe a alguns meses do ano, ele é permanente, assim como as necessidades, que estão presentes a todo instante. A empresa que abordamos é temporária, porque o turismo em Garopaba é sazonal e os postos de trabalho (precários) também são abertos por tempo determinado, mas as necessidades humanas são contínuas e fixas, se alteram, se modificam, porém são intrínsecas às pessoas, sempre existirão, permanentemente.

Preconizar uma efetiva qualidade de vida a esses indivíduos, sobretudo levando-se em conta seus meios de sobrevivência, significa repensar todo o processo histórico e social que vivenciamos. Em uma sociedade capitalista como a nossa, que visa o lucro em detrimento de qualquer outra coisa, torna-se desconexo pensar em igualdade nas condições de vida, pois

nossa história foi construída pelas diferenças, pelas desigualdades e pelo acesso distinto à produção das riquezas. Pensamos, então, que apenas a alternativa de uma outra sociedade seria capaz de dar conta de nosso objetivo maior, a igualdade social.

É preciso que nos refiramos, nesse sentido, ao projeto ético-político do Serviço Social, que prevê diversos elementos capazes de melhorar, efetivamente, a qualidade de vida da classe trabalhadora, mas também este apresenta limitações. Segundo Braz (2006) um dos principais problemas que põe o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro em crise é a ausência de uma proposta alternativa à do capital, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho.

Diante disso, é preciso que encaremos a realidade posta e busquemos nela a motivação de seguir lutando pela garantia e ampliação dos direitos humanos e sociais, o que deve ser feito através da reafirmação dos princípios que norteiam a atuação profissional do assistente social, primando sempre pela qualidade dos serviços prestados e pela articulação do seu fazer com profissionais de outras áreas, pois uma sociedade plenamente democrática, e, portanto, mais justa e igualitária é compromisso de todos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.25, n.79, p. 43-71, set. 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002. 258p.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (Org.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez, 2001. 254 p.

BRASIL. Agência Senado. **Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.direitos.org.br>>. Acesso em: 13 nov. 2008.

CATAPAN, Araci Hack; THOMÉ, Zeina Rebouças Corrêa. **Trabalho e Consumo**: para além dos parâmetros curriculares. Florianópolis, SC: Insular, 1999. 120p.

CERVENY, Ceneide M. de O.; BERTHOUD, Cristiana M. E.. **Família e Ciclo Vital**: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CÂMARA, Maurício Ruiz. **O Turismo no Litoral de Santa Catarina: Tensões, Conflitos e Reorganização Espacial**. 214 f. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições e competências e condições de trabalho profissional. In.: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

CHAUI, Marilena Sousa. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br>. Acesso em 14 set. 2008.

- FROM, Erich. **Conceito marxista do homem**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- GALVÃO, Daniel. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a experiência brasileira recente**. Disponível em: <www.terra.com.br>. Acesso em: 08 set. 2008.
- GENTILI, Pablo. **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GUIMARÃES, Vera Maria. **A Modernidade e os encontros turísticos: turistas na Barra da Lagoa**. 251 f. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2006.
- HARVEY, David. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. Mexico: Fondo de Cult. Economica, 1990. 469p.
- HELLER, Agnes. **A concepção de família no estado de bem-estar social**. São Paulo: Cortez, 1987.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, p. 09-31, 2004. Disponível em: <http://www.santur.sc.gov.br/index>. Acesso em 17 set. 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Estatísticas populacionais 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>. Acesso em: 01 set. 2008.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do Turismo**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990. 261p.

LIMA, E. **A proteção social no âmbito da família:** um estudo sobre famílias do Bairro Monte Cristo em Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **América Latina:** cidade, campo e turismo. São Paulo: Clacso Livros, 2006. 378 p.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço social :** identidade e alienação. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro1: O processo de produção do Capital. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982. v.1

MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres.** Porto Alegre: ARTMED, 1999.

MINUCHIN, S. Um modelo familiar. In: _____. **Famílias:** funcionamento e tratamento. Porto Alegre: ARTMED, 1992, p. 52-69.

MIOTO, R. C. T. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In.: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social:** Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 2000. p. 217-224.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80p.

PREFEITURA Municipal de Garopaba. **História de Garopaba.** Disponível em: <<http://www.garopaba.sc.gov.br/site/historia.php>>. Acesso em: 29 jul. 2008.

PEREIRA, P. A. Potyara. **Necessidades Humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

RAMOS, Alexandre Luiz. **Acumulação flexível e contrato temporário de trabalho.** 160 f. 1998. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 1998.

RIAL, Carmen; GODIO, Matias (Org.). **Pesca e Turismo: etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul**. Florianópolis: Nuppe/CFH/UFSC, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTO, Silvana Machado do Espírito. **Frentes temporárias de trabalho: uma análise qualitativa do projeto na comunidade do Mocotó**. 49 f. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, Puc/SP, 2005. p. 21-36.

SILVA, Fabiana. **A inclusão Digital como uma ação complementar do Programa Bolsa Família no Município de Garopaba – SC**. 79 f. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SOUZA, Rafaela Assis de; CARVALHO, Alisson Massote. **Programa de Saúde da Família e qualidade de vida: um olhar da Psicologia**. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 02 jun. 2008.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Assistência social : do discurso do estado a prática do serviço social**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989. 286p.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005, 159 p.

TIRIBA, Lia. Educação Popular e Pedagogia(s) da Produção Associada. **Cad. CEDES**, Campinas, v.27, n.71, jan./apr. 2007. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 02 jun. 2008.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Adoção e relações familiares. **Kalatysis**, Florianópolis, n. 2, p.49-57, 11 nov. 2008.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

APÉNDICE

Apêndice A: Questionário

Questionário

Idade:

- 1) Qual a sua função na empresa? (Recepção, portaria, limpeza, serviços gerais, outros...)

- 2) O trabalho na empresa é:
 - a – () Meu único emprego.
 - b – () Meu emprego temporário. Mas tenho emprego fixo.

- 3) Como você consegue se manter, financeiramente, nos meses de baixa temporada? (Tenho emprego fixo, dependendo de outras pessoas, faço outros trabalhos (“bicos”), etc.) Explique.

- 4) Seus ganhos gerais (do ano inteiro) são suficientes para satisfazer todas as suas necessidades?

- 5) O que você acha do turismo em Garopaba?
 - () Gosto por que a cidade fica mais movimentada.
 - () Gosto por que trabalho mais e ganho mais dinheiro.
 - () Não gosto, por que _____ .

Obrigada por contribuir com minha formação acadêmica e profissional!

Pâmela

ANEXOS

Anexo A: Praia de Garopaba e Praia da Ferrugem

Praia de Garopaba



Praia da Ferrugem



Anexo B: Praia do Siriú e Praia da Barra

Praia do Siriú



Praia da Barra



Anexo C: Praia Vermelha e Exibição da Baleia Franca

Praia Vermelha



Exibição da Baleia Franca

